

RELATÓRIO DA REUNIÃO DA COORDENAÇÃO NACIONAL DA CSP-CONLUTAS CENTRAL SINDICAL E POPULAR REALIZADA DE FORMA HÍBRIDA EM SÃO PAULO/SP E PELA PLATAFORMA ZOOM NOS DIAS 15, 16 E 17 DE MARÇO DE 2024.

A reunião contou com 217 participantes credenciados, sendo 111 representantes com direito a voto e 106 observadores. Estavam representadas 73 entidades, entre sindicatos e federações, minorias de entidades e oposições, movimentos populares urbanos e do campo, juventude e movimentos de luta contra as opressões.

Relação das Entidades participantes da reunião:

SINDIPETRO AM/MA/PA; SINDEESS/BH; SINDREDE/BH; SIND METABASE CONGONHAS/MG; SINTAPPI/MG; STICMBA/PA; SINDPREVS/PR; SINDIMETRO/RS; SINTRAJUD/SP; SINDMETAL SJC/SP; SINDSEF/SP; SINTUSP/SP; ADMAP/SP; SINDICATO DOS TRABALHADORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE JACAREÍ/SP; SINDICATO DOS QUÍMICOS DE SJC E REGIÃO/SP; SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇAPAVA E JAMBEIRO/SP; FSDTMG/MG; OPOSIÇÃO SINDUTE/MG; OPOSIÇÃO MNOB/RJ; OPOSIÇÃO SINTE/SC; OPOSIÇÃO CORREIOS/SP; OPOSIÇÃO SERVIDORES MUNICIPAIS DE GUARULHOS/SP; OPOSIÇÃO COMANDO BASE CAPITAL JUDICIÁRIOS/SP; OPOSIÇÃO APEOESP/SP; OPOSIÇÃO UNIFICADA ANDES; OPOSIÇÃO ASSIBGE; MINORIA SINDSCOPE/RJ; MINORIA SEPE/RJ; MINORIA APEOESP/SP; MINORIA SINSPREV/SP; MINORIA SINPEEM/SP; MINORIA ALTERNATIVA METROVIÁRIOS/SP; MOVIMENTO MULHERES EM LUTA-MML; MOVIMENTO NACIONAL QUILOMBO RAÇA E CLASSE; COLETIVO FEMINISTA MARIELLE VIVE; MOVIMENTO NACIONAL LUTA POPULAR; OCUPAÇÃO JARDIM PANTANAL CIDADE DE DESCALVADO/SP; ACAMPAMENTO DE BARRETOS-DONA ZULMIRA/SP; ACAMPAMENTO CABRALIA PAULISTA/SP; ACAMPAMENTO DE DESCALVADO/SP; ACAMPAMENTO ITIRAPINA/SP; ACAMPAMENTO DO CAPÃO DAS ANTAS/SP; OPOSIÇÃO MUNICIPAL DE CAMPINAS/SP; ASSENTAMENTO 21 DE DEZEMBRO.

1. Painel das Categorias em Luta (15/03 – 6ª feira – 09h30)

A mesa foi coordenada pelo@s companheir@s Aldiério Florêncio (da SEN e do Sind Metal Pirapora/MG) e Aline Bernardo (da SEN e Sind Metal São José dos Campos/SP). O painel foi composto por representantes das categorias em luta da Educação, Funcionalismo Público, Correios, Movimento Popular, Povos Originários, **Trabalhadores de Aplicativos**, Bancários, Metroviários/SP e Metalúrgicos, e contou com a participação de trabalhadores/as de outras categorias presentes na plenária e na sala zoom online. Foi uma mesa bem representativa, que abordou o tema da conjuntura atual dos seus respectivos setores, as lutas em curso no país e os desafios para a classe trabalhadora. O debate serviu como importante base fornecendo subsídios para a aprovação da resolução política e do plano de lutas aprovado pela Coordenação Nacional no domingo.

2. Apresentação de falas e vídeos sobre as atividades do Dia Internacional de Mulheres (8M) e sobre os 21 dias de greve em março de 2022 (15/03 – 6ª feira – 12h00)

A discussão acerca da luta da mulher trabalhadora e o combate ao machismo foi realizada através da apresentação do livro: “Feita por elas, narrado por elas: a greve das operárias terceirizadas da LG” por Ana Paula Santana, uma das autoras do livro e pesquisadora do Ilaese e por Luciene Silva, diretora do Sindmetal SJC e dirigente da greve. Lançada em 2023, a obra mostra como as trabalhadoras das fábricas Blue Tech, Suntech e 3C enfrentaram, em uma forte greve de 21 dias em março de 2022, a multinacional LG Eletrônicos e suas montadoras terceirizadas que haviam anunciado o fechamento das fábricas no Vale do Paraíba, em São Paulo.

Na sequência, Júlio Condaque e Maristela Farias, membros do Setorial de Negros e Negras e da direção do Quilombo Raça e Classe, propuseram uma reflexão sobre a importância de se realizar, dentro da luta feminista, um recorte de raça e classe.

Antes das falas, as mulheres palestinas e sua resistência aos crimes de Israel foram homenageadas com a exibição de um vídeo. Na publicação, uma encenação mostrava o drama vivido por uma mãe em Gaza.

3. Prestação de Contas Exercício 2023 (15/03 – 6ª feira – 14h00)

@s companheir@s Beth e Macapá, membros do Conselho Fiscal, apresentaram ao plenário os números da prestação de contas da CSP-Conlutas referente à 2023. A companheira Rose, coordenadora financeira da Central também compôs a mesa, à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos. Após a explanação das contas, iniciaram a leitura do parecer do conselho fiscal realizado em 13/03/2024. Feitos os esclarecimentos necessários o parecer foi encaminhado para votação e aprovado por unanimidade, na íntegra, conforme abaixo:

1. Breve Histórico da Reunião

Durante o dia 13 de março de 2024, na cidade de São Paulo, na Sede Nacional da Central ocorreu a primeira reunião dos novos integrantes da gestão 2023/2025 do Conselho Fiscal com a finalidade de apreciar a prestação de contas do ano de 2023. A reunião contou com a presença dos seguintes membros: ANTONIO FERREIRA DE BARROS E CLÁUDIO JOSÉ MACHADO (PRESENCIAIS) E GERALDO FRANCISCO RODRIGUES (ON LINE)

Demais integrantes do Conselho Fiscal justificaram suas ausências.

Foi colocado à disposição do Conselho Fiscal todos os documentos referentes à movimentação financeira do referido período além de uma carta da Comissão Finanças com um breve relato, que segue abaixo.

2. Relato

Após leitura, manuseio e conferência da documentação o Conselho Fiscal verificou que a principal atividade realizada política e financeira do ano de 2023 foi o 5º Congresso Nacional, além de inúmeras atividades que são realizadas cotidianamente: acompanhamento de congressos, eleições sindicais, atividades de representação da Central, atividades do movimento popular, legalização e estruturação política e administrativa da Central e outras.

A movimentação financeira da Central no período referente a esta prestação de contas está discriminada da seguinte forma:

- 1) Saldo em 01/01/2023 no valor de R\$166.791,45,
- 2) Receita total (**Total de Entradas** 2023) no valor de R\$ 2.345.723,85;
- 3) Despesas Gerais (**Total de Saídas**) no valor de R\$ 2.158.176,85

Desta forma o saldo da movimentação financeira no ano de 2023 foi de R\$ 187.547,00 que demonstra equilíbrio entre receitas e despesas, para efeito de esclarecimento este saldo apresentou-se através de extratos bancários sendo:

Assim sendo, destacamos que do montante referente à receita do caixa nacional R\$ 1.874.344,75, valor correspondente a 40% das contribuições efetuadas pelas entidades e movimento filiados à Central acrescida da contribuição extra do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos no valor de R\$ 136.000,00, foram quitadas as seguintes despesas assim representadas:

- a) Despesas com pessoal e manutenção de atividades políticas, encargos e benefícios no valor de R\$ 1.018.253,84
- b) Despesas correntes (aluguel, impostos, luz e telefone) R\$ 332.006,17
- c) Despesas administrativas (atos e reuniões, passagens e hospedagens, gráfica etc.) no valor de R\$ 404.389,21
- d) Manutenção de atividades políticas, manutenção escritório de Brasília no valor de R\$ 113.127,63

Houve um equilíbrio entre receitas e despesas no semestre — com saldo positivo - devido ao saldo remanescente do primeiro semestre e a contribuição financeira do Sindicato dos Metalúrgicos de São Jose dos Campos e região referente ao repasse de 5% relacionada a receita extraordinária deste sindicato de processo judicial.

Anexado Relatório de receitas e despesas do 5º Congresso da CSP-Conlutas com **parecer favorável** desta comissão em relatório à parte.

Diante do exposto, o Conselho Fiscal recomenda que as entidades atualizem os dados cadastrais, regularizem os pagamentos pendentes e repassem à Central 5% de toda a arrecadação da entidade inclusive extras conforme o artigo 39 dos estatutos e conforme deliberação congressual.

Sugerimos ainda que a Central busque construir para o próximo semestre uma proposta de previsão orçamentária para o ano subsequente.

O Conselho Fiscal é **de parecer favorável** à aprovação da prestação de contas da Central Sindical e Popular Conlutas relativa ao ano de 2023 salvo melhor juízo da Coordenação Nacional e se coloca à disposição.

São Paulo, 13 de março de 2024

ANTONIO FERREIRA DE BARROS (PRESENCIAL) CLÁUDIO JOSÉ MACHADO (PRESENCIAL) GERALDO FRANCISCO RODRIGUES (ON LINE)

4. Painel sobre "Reparação ao Povo Negro: um acerto de contas com a história" (15/03 – 6ª feira – 16h00)

A mesa foi coordenada pelos companheiros Rejane Oliveira, da Oposição CPERS e membro da SEN e Alex de SJC sendo composta pelos convidados Rosenverck Santos membro da SEN e professor da UFMA, pelo Ativista do Mov. Negro Elias Jose e pelo Procurador do MPF/RJ, Júlio Araújo. Essa mesa reafirmou a importância e a necessidade de ampliar a campanha pela reparação do povo negro.

5. Conjuntura Internacional (16/03 – Sábado – 09h30)

Essa mesa foi coordenada pelos companheiros Flavia, da Oposição da Apeoesp e membro da SEN e Alexandre Pariol, do Sintusp e foi composta pelos convidados: Soraya Misleh jornalista e membro da Frente em Defesa do Povo Palestino; o professor da Universidade Central do Equador e co-autor do livro Estallido: La rebelión de octubre em Equador, integrante da Confederação de Trabalhadores Solidariedade Equatoriana (CTSE) Andrés Madrid; e os

representantes do Setorial Internacional Herbert Claros e Verónica O'Kelly, da Liga Internacional Socialista. O debate serviu como importante base fornecendo subsídios para a aprovação da resolução política e do plano de lutas aprovado pela Coordenação Nacional no domingo.

6. Análise e debate de Conjuntura (16/03 – Sábado – 13h30)

A mesa foi coordenada pel@s companheir@s Vanessa Portugal (da direção do SindRede) e **David Souza Jr** (Sind dos Químicos SJC). Os expositores apresentaram as análises **conforme as** chapas eleitas para a SEN no 5º Congresso da CSP-Conlutas. Pela Chapa 1 (Bloco Majoritário) falaram, Joaquina Oliveira, professora aposentada e militante do PSTU e Fabiano dos Santos, **diretor** da Fenajufe; Pela Chapa 2 falaram a professora e atual vereadora em Belém-PA, Sílvia Letícia (Revolução Socialista/PSOL) e Matheus Crespo, diretor do Sindicato dos Bancários do RN e militante do MRS; Pela chapa 3 entrevistou Diego Vitelo, diretor do Sindicato dos Metroviários de SP e militante do Combate/CST; e pela Chapa 4 falaram Máira Machado, coordenadora da subseção Santo André da Apeoesp e militante do Nossa Classe/MRT e José Dalmo, servidor do Judiciário e integrante do Movimento Frente Revolucionária Socialista. O debate serviu como importante base fornecendo subsídios para a aprovação da resolução política e do plano de lutas aprovado pela Coordenação Nacional no domingo.

7. Ato / painel 60 anos do golpe (17/03 – Domingo – 09h30)

A mesa foi coordenada pela companheira Claudia Costa, coordenadora da área de comunicação da Central e contou com a participação dos convidados: Rita Sipahi - Ex-presença política durante o enfrentamento à ditadura militar de 1964, esteve presa na chamada Torre das Donzelas. É conselheira da Comissão de Anistia; César Neto - Ex-metalúrgico, integrou o grupo 13 da Comissão Nacional da Verdade; acompanha a pesquisa das Docas e da Embraer no convênio entre Unifesp e Ministério Público Federal; Luiz Carlos Prates (Mancha) – Membro da SEN - É metalúrgico demitido da GM em processo de reintegração, foi preso político e anistiado.

8. Resoluções (17/03 – Domingo – 11h00)

A mesa coordenada pel@s companheir@s Paulo Barela e Fátima (dirigente Sindmetal SJC) encaminharam o processo de votação das resoluções, relatórios setoriais e moções.

Resolução de Conjuntura e Plano de ação da CSP-Conlutas

No cenário internacional segue a guerra genocida de Israel contra o povo Palestino, levando mortes, destruição, fome e uma brutal limpeza étnica, por um lado, mas também seguida de um enorme movimento em escala mundial de repúdio contra as agressões sionistas e em defesa de uma Palestina Livre, do rio ao mar. Já na Ucrânia, a resistência operária ucraniana contra a invasão russa completou dois anos. Seguiremos ao lado da resistência palestina contra o Estado Sionista de Israel e sua essência fascista, supremacista e de apartheid e, nesses marcos seguiremos exigindo de Lula que rompa imediatamente as relações políticas e comerciais com Israel.

No cenário político mundial, fruto da política reformista de governos de frente ampla, segue em cena e de maneira organizada a presença da ultradireita, inclusive com a volta de Trump no processo eleitoral dos EUA e mais recentemente a vitória eleitoral da direita em Portugal. Já na América Latina tivemos e tendemos a ter lutas importantes no marco de uma intensificação da pilhagem imperialista em nosso continente. Nesse momento vemos, também, o avanço da extrema direita com a vitória de Milei, na Argentina, que já lançou um pacote de medidas reacionárias num patamar superior aos governos Bolsonaro ou Trump. No caso argentino, a classe trabalhadora não deu fôlego ao novo governo, protagonizando uma greve geral em 24 de janeiro e a situação no país vizinho tende a ter reflexo aqui no nosso país e na luta de classes. Nesse marco, tivemos também a decretação do Estado de Exceção no Equador e a vitória do direitista Nayib Bukele nas eleições em El Salvador.

Destacamos ainda o fato de, nas últimas semanas, estamos assistindo um aprofundamento da crise política no Haiti com cenas de confrontos de gangues fortemente armadas que tomaram controle das principais cidades do país e que acabou levando a renúncia do impopular primeiro ministro haitiano, Ariel Henry. Nesse contexto o Conselho de Segurança da ONU aprovou o envio de um contingente militar, como ocorrerá com a ocupação via MINUSTHA. Nos solidarizamos com as lutas dos haitianos contra o governo, a burguesia local e o imperialismo que são os responsáveis pelo descalabro econômico e a miséria generalizada sendo esses os responsáveis pela proliferação das gangues armadas e da violência urbana. Não à nova ocupação militar do Haiti. Todo apoio às lutas do povo haitiano!

No Brasil, passado um ano e três meses do terceiro mandato de Lula, o governo mantém relativa estabilidade com pequena queda de popularidade. Já há uma experiência relativa e certo grau de desgaste do governo em alguns setores de nossa classe. Contraditoriamente, mesmo diante de um certo descontentamento, elas foram alentadas pelo crescimento de 3% do PIB, que não resultou em melhorias sentidas na vida do povo trabalhador e nas periferias,

bem como pelo sentimento de vitória e alívio com a derrota de Bolsonaro e a permanência relativa de expectativas no novo governo.

No ano passado, tivemos lutas importantes, mas não generalizadas. Em São Paulo, puxados pela unidade entre Metroviários, Ferroviários e Sabespianos, desde o ano passado, enfrenta-se as privatizações do governo Tarcísio e suas demissões arbitrárias no Metrô, que começam a ser revertidas. Em Minas Gerais, o funcionalismo enfrentou o ajuste do bolsonarista Romeu Zema. Na USP, uma histórica greve estudantil atropelou e se antecipou às direções, refletindo a disposição de luta existente “por baixo”. Na categoria química a forte greve de 7 dias na empresa ICL em Jacareí, sendo uma empresa israelita e do agronegócio, com uma grande vitória dos trabalhadores e também na empresa Vet Cia também em Jacareí, onde é composta por 90% de mulheres, ficaram 10 dias com a empresa 100% paralisada, obtiveram uma grande vitória; Tivemos ainda a vitoriosa greve de 17 dias das fábricas da GM no estado de SP, a mais forte dos últimos anos e com ampla vanguarda, se deu no contexto do novo governo e da greve dos metalúrgicos nos EUA. Os trabalhadores da Avibrás resistem com uma heroica greve que já dura quase dois anos, bem como nesse momento estamos diante greves no setor de Educação e Funcionalismo municipal em cidades como São Paulo, Bahia, Florianópolis, e Teresina, Contagem-MG, Juazeiro do Norte- CE, Belém do Pará, inclusive, com nossa dirigente da CSP-CONLUTAS, professora Sílvia Letícia, coordenadora do Sintepp Belém sofrendo ameaças e perseguições políticas pro parte do Prefeito Edimilson Rodrigues do PSOL.

Completam esse momento as manifestações noticiadas de povos indígenas contra o avanço do agronegócio e do extrativismo, e contra o marco temporal, com fechamentos de rodovia em fevereiro deste ano, assim como mobilizações de moradores de favela contra as sanguinárias operações policiais em comunidades, e de parentes e vítimas da impunidade por crimes cometidos por grandes empresas como a Vale e a Braskem, além de protestos contra a falta de água e luz em diversas cidades.

Apesar do crescimento maior não esperado do PIB, o fato é que o país desceu degraus na Divisão Mundial do Trabalho e isso traz consequências sobre todas as classes sociais. Em meio ao agravamento da situação de desequilíbrio mundial, crise climática e submissão aos imperialismos, o Brasil segue decaindo estruturalmente. Continua vivendo um processo de pilhagem, desindustrialização, destruição ambiental, pobreza, precarização do trabalho, opressão, violência, empobrecimento de setores médios, assassinatos de indígenas e camponeses, encarceramento em massa do povo pobre e negro, aumento da desigualdade social, déficit habitacional de 7 milhões de moradias, volta de epidemias como a dengue, etc.

A política do governo Lula tenta ser parecida com a de seus mandatos anteriores, mas busca se adaptar a essa ordem de crise mundial do capitalismo e à corrida pela transição energética. Na prática, Lula implementa o neoliberalismo defendido pelo Banco Mundial, ou o que alguns autores chamam de “neoliberalismo inclusivo”, (termo, aliás, inadequado para um momento de decadência global do capitalismo e queda da taxa de lucro) com garantia de renda mínima e algumas medidas compensatórias para evitar explosões sociais e, para isso, novamente tem contado com um imenso grau de capitulação das direções de todas as demais Centrais Sindicais e das direções majoritárias do movimento em geral.

As manifestações do 8 de março, que tradicionalmente marcam o início do calendário de luta da classe, aconteceu em grande parte das capitais do país. Entretanto, limitados pelas políticas das direções imobilistas e derrotistas, e sem o apelo de massas necessário para enfrentar o aprofundamento da violência machista e ataques aos direitos democráticos dos setores oprimidos, que seguem em curso no país.

Por um lado, o governo Lula tem rifado pautas históricas das mulheres e continua o corte do orçamento das políticas específicas e, por outro, o movimento majoritário de mulheres do país, base de apoio do governo, cumpre o papel de controlar e engessar o processo de mobilização.

Ancorado no Arcabouço Fiscal, nas alianças com o Centrão, fazendo cada vez mais concessões à direita, a postura de conciliação e anistia à cúpula das FFAA, o uso da GLO para combate ao tráfico de drogas, a lei orgânica das PM's que representa um aval de Lula ao banho de sangue da polícia que vem intensificando o genocídio especialmente em São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro, o cancelamento dos atos de repúdio ao Golpe de 64, o veto parcial ao Marco Temporal, a defesa da exploração de petróleo na Margem Equatorial, a política de privatização mascarada (via PPPs), e um conjunto de ataques que rondam o atual cenário, como o anúncio de levar a Reforma Administrativa à votação no Congresso, o governo deixa visível submissão à banca internacional e sua opção de governar para os interesses dos ricos. Isso, conseqüentemente, aprofunda a experiência de nossa classe e faz com que haja hipóteses de mobilizações mais contundentes contra o mesmo.

As contradições podem aumentar em 2024 e já estamos vendo as primeiras reações do funcionalismo contra a política de reajuste ZERO do governo Lula, com destaque para a greve liderada pela Fasubra (Federação de Sindicatos

de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas) e as reações dos trabalhadores de aplicativos contra o projeto de “regularização” que, na prática, é um duro ataque aos direitos conquistados no país, legalizando uma espécie de trabalhador de segunda categoria, em benefício das grandes plataformas, como a Uber.

O aprofundamento das relações de exploração capitalista vai intensificando a fragmentação das dinâmicas de trabalho e vão surgindo expectativas organizativas para a nossa classe que são diversas. Isso é uma realidade num país como o Brasil, marcado pela histórica precarização das relações de trabalho, mas que tem se intensificado de forma perversa com a crise do capital. Precisamos estar bem localizados e conectados com as contradições vivenciadas por nós e nossa classe, pois precisamos disputar para onde as insatisfações são canalizadas, de modo que não sejam – como muitas vezes têm sido – incorporadas pela extrema direita.

É, ainda, em meio a esse que dia 18 e 19 de novembro haverá a reunião de cúpula com os chefes de Estado no Rio Janeiro. Como tarefa aprovada em resolução de nosso congresso antecipamos um chamado, desde já, as organizações sociais, sindicais e policiais a construir uma mobilização internacional contra o G20 no Brasil.

A conjuntura que ora se apresenta amplifica os desafios de nossa Central na busca por fortalecer e unificar as lutas, de enfrentar o governo, de estimular as mobilizações, a gestação e o fortalecimento de campo de oposição de esquerda ao governo Lula, ao mesmo tempo em que devemos seguir combatendo a extrema direita e o bolsonarismo, que segue organizado e, inclusive demonstrou sua capacidade de mobilização no seu último ato realizado na Av. Paulista.

As Tarefas

Unificar as lutas, fortalecer a Central e seguir impulsionando um campo de independência de classe contra os ataques de Lula

Manter nossa postura de oposição de esquerda ao Governo Lula e seguir combatendo a ultradireita e, a partir disso, nos jogarmos nos processos objetivos da luta de classes que, inclusive, já estão colocados como citado acima, além de outros que possam surgir na realidade, como é o caso dos metalúrgicos de Indaiatuba (SP) que lutam por emprego diante do anúncio do fechamento da fábrica da Toyota na cidade. Em nossa intervenção nesses processos é fundamental, também, que façamos a disputa ideológica seja contra a ultradireita, seja contra a linha da conciliação de classes do governo, sua conduta privatista e submissa ao mercado. A essas expressões devemos opor a defesa serviços públicos e dos servidores, bem com a defesa das necessidades mais sentidas de nossa classe e apontar a necessidade de enfrentarmos o capital e agentes de plantão na perspectiva da superação desse sistema de exploração e opressão.

Sob esse quadro vamos intensificar um chamado à unificação dessas lutas e, nesses marcos, fazer um chamado amplo a todas as organizações do movimento para a construção de um polo de unidade de ação com esse perfil, essa é a tarefa que se renova à nossa Central diante da conjuntura que aqui descrevemos.

Coerente com essa avaliação da conjuntura, e conscientes de nossos desafios, não nos somaremos aos atos do próximo dia 23, pois tratam de atos que estão à serviço de defender o Governo, embora travestidos de luta “em defesa da democracia”. Nosso desafio é seguir construindo as lutas, atos e ações de independência de classe que defendam os interesses de nossa classe e enfrentem os governos de plantão.

Combater a ultradireita

O ato bolsonarista realizado no dia 25/2, na Av. Paulista (SP), confirma: a ultradireita veio para ficar e é nosso dever combatê-los. É preciso exigir punição e prisão para todos os golpistas, de Bolsonaro, passando pela cúpula das FFAA até os que financiaram as ações do 8J. Não pode ter anistia! E devemos exigir também, do governo Lula, a reversão das medidas contrárias aos interesses dos trabalhadores e do país, implantadas pelo governo de Bolsonaro.

Contra toda forma de opressão

Devemos buscar organizar a luta por uma política que responda a emergência nacional em que estão as mulheres, negros e negras e LGBTIs do país! Aumento imediato da verba para efetivar a rede de atenção às mulheres! Chega de transfeminicídio e feminicídio negro! Reparação Já da escravidão negra! Por proteção social, emprego digno e moradia para as mulheres! Pelo retorno imediato do funcionamento dos serviços de aborto legal no país. Pela descriminalização e legalização do aborto e, ainda, mantermos nossa política de Exigência ao governo Lula quanto a prisão imediata dos mandantes do assassinato de Marielle Franco.

Em defesa dos povos originários; Basta de violência e assassinatos!

Mesmo com a criação do Ministério dos Povos Indígenas pelo governo Lula, os ataques continuam. Depois da ação humanitária em Roraima, na Terra Indígena Yanomami, os garimpeiros retornaram com a exploração ilegal e o desmatamento. A demarcação dos territórios também não avançou e diversas etnias indígenas sofrem com a incerteza dos despejos coletivos.

Com relação aos quilombolas, o cenário não é diferente. As titulações estão paralisadas e a situação se agrava com o retorno da política do MATOPIBA para a criação de grandes campos de soja e eucalipto na região do cerrado.

As paralisações das demarcações e das titulações são similares aos processos de reforma agrária. O governo Lula manteve o sucateamento do INCRA e o aparelhamento do órgão pelo Centrão, A unidade entre indígenas, quilombolas e camponeses com os trabalhadores das cidades é fundamental. E neste cenário de avanço do agronegócio e de arrocho para pagar o lucro dos banqueiros, o Acampamento Terra Livre, toma importância superior ao dos anos anteriores. Durante os dias 22 a 26 de abril, diversas etnias indígenas estarão em Brasília, para lutar por direitos e cobrar do governo Lula as demarcações e o fim da violência contra os povos.

Morar é um direito; Despejo Zero, já!

São mais de um milhão e meio de pessoas ameaçadas de despejo em nosso país, além das diversas comunidades têm sido duramente afetadas pelas chuvas e deslizamentos, fruto do acirramento dos extremos climáticos aliado à falta de infraestrutura urbana que atinge os mais pobres. A população em situação de rua cresce conforme a situação de pobreza aumenta. Enquanto isso, no Brasil, tem mais casa vazia do que gente sem casa, e o governo federal não tem construído políticas para enfrentar essa realidade e evitar que famílias trabalhadoras fiquem sem-teto e desabrigadas. Para garantir a governabilidade pros “de cima”, Lula fez um acordo com o União Brasil, que inseriu no novo Minha Casa Minha Vida uma mudança na lei de regularização fundiária que autoriza a privatização dessa política pública tão fundamental para o acesso à moradia digna e adequada a milhares de famílias. A Campanha Despejo Zero não tem feito mobilizações de rua e a maioria de suas direções é ligada ao governo ou está voltada para a próxima campanha eleitoral, enquanto isso, fazendeiros e seus jagunços criaram o grupo “Invasão Zero” que tem cometido assassinatos, como o caso da nega pataxó, e com milícias armadas, têm tentado remover a força ocupações no campo. Além disso, as privatizações pioram e tornam menos acessíveis os serviços de transporte, água, luz e saneamento. Contra as privatizações e em defesa de políticas que garantam infraestrutura urbana e moradia, empregando as trabalhadoras e trabalhadores desempregados e moradores dos bairros a serem beneficiados, em prol das melhorias nas condições de vida nas imensas periferias do país.

Pelo fim das operações policiais de vingança nas periferias, terras indígenas, quilombos e ocupações urbanas! Justiça para nossos mortos!

A repressão aos pobres tem se intensificado com operações com alto nível de violência, assassinatos, torturas, prisões forjadas, tiroteios que interdita a rotina de famílias trabalhadoras moradoras de comunidades. Isso acontece na Bahia, governada pelo PT, e também em São Paulo e Rio de Janeiro, onde milícias e polícias se imbricam espremendo moradores e moradores que não conseguem viver em paz e sem medo de serem alvejados. Isso é agravado pela aprovação da Lei Orgânica das polícias sancionada pelo governo Lula. Como se não bastasse tanta violência e covardia, militares têm sido sistematicamente protegidos pela Justiça burguesa por esses crimes, como o caso daqueles que mataram o músico negro Evaldo Rosa com mais de 257 tiros no Rio de Janeiro em 2019, entre tantos. Mulheres pobres, pretas, trabalhadoras, moradoras de periferia, seguem enterrando seus filhos vitimados pela política de extermínio desse Estado racista e assassino.

Pela revogação imediata das Reformas Trabalhista, Previdenciária e do Novo Ensino médio

É um escândalo o abandono completo desse tema pelas grandes Centrais Sindicais e, passados mais de um ano do novo governo, nossa Central deve renovar essas bandeiras e tomá-las numa forte campanha de denúncia dessas organizações e também de Lula que, como já dissemos, não só não revogou essas mazelas dos governos anteriores, como acaba de anunciar o PL dos trabalhadores de aplicativos que legaliza o serviço precário e cria normas muito abaixo do hoje previsto na CLT.

Por um 1º maio classista contra os patrões e os governos

Diante do grau de atrelamento das grandes Centrais ao governo fica evidente que essas organizações farão do Dia Internacional dos Trabalhadores um palanque de apoio à Lula e a diversos outros governos estaduais e, principalmente, municipais tendo em vista estarmos num ano eleitoral. Caberá a nossa Central, desde agora, passar a construir e convocar atos alternativos, classistas e internacionalistas. Essa tarefa toma uma centralidade ao ato de caráter nacional que devemos realizar na cidade de São Paulo. Nessa construção tão importante aqui definida,

buscaremos incorporar todas aquelas organizações que, como nós, se perfilam com independência classista, em oposição de esquerda aos governos.

Devemos colocar todas as nossas forças na construção desse 1º de Maio classista e internacionalista e, nesse sentido, toda nossa intervenção nesses processos de luta devem estar à serviço dessa tarefa. Vamos buscar dar um sentido político comum as reações de nossa classe aqui descritas e apontar nossa manifestação como ponto de referência e possível desaguadouro unitário das lutas em curso. Note-se que nossa decisão de realizarmos um Ato, de perfil nacional, de oposição de esquerda ao governo Lula, com nossas exigências e denúncias, não interfere na presença de nossa militância, em São Paulo, fazer-se presente no tradicional 1º de maio que se realiza na praça da Sé.

Calendário de lutas

31 de Março: Dia de luta contra os crimes da ditadura;

3 de Abril: Dia nacional de paralisação do funcionalismo;

1º de Maio: Ato Classista e Internacionalista, alternativo aos atos governistas;

****Em resolução específica desenvolvemos a necessária hierarquia que nossa Central deve dar, desde agora, à Greve da FASUBRA e Funcionalismo público federal em geral.**

Resolução sobre a luta dos servidores públicos federais e a greve da FASUBRA

Considerando que:

1. O Governo Lula, a partir da aplicação do novo arcabouço fiscal, implementa uma política de arrocho salarial aos servidores públicos federais, que neste ano implica em 0% de reajuste salarial e apenas um reajuste pífio de alguns benefícios (alimentação, saúde). A proposta apresentada pelo governo, com reajuste de 4,5% em 2025 e 2026, sequer repõe a inflação projetada para o período e não chega perto de recompor as perdas salariais acumuladas que ultrapassam mais de 50% para algumas categorias;
2. Ao mesmo tempo, que arrocha o salário dos SPF's, Lula continua cedendo enormes isenções fiscais aos grandes grupos capitalistas e pagando o fraudulento sistema da dívida pública. Também garante uma boa fatia do orçamento federal para o esquema de emendas parlamentares para agradar a Lira e o Centrão. Nem mesmo o recorde de arrecadação dos primeiros meses de 2024 levaram Lula a fazer concessões ao conjunto dos servidores públicos.
3. Essa política gerou grande indignação no conjunto dos servidores e provocou um processo de mobilização mais intenso, ainda no final do ano passado, com a greve da Receita Federal, paralisações no Banco Central, paralisações do IBAMA e ICMBIO. E, neste ano, deu um salto no processo de mobilização com uma forte greve dos técnicos-administrativos das universidades federais, puxada pela FASUBRA a partir de 11 de março;
4. A greve da FASUBRA muda o cenário da luta dos servidores federais, na medida em que pressiona o conjunto das categorias e sindicatos da educação federal a entrar em greve. O ANDES-SN votou em seu congresso no final de fevereiro a construção de uma greve ainda no 1º semestre de 2024, derrotando a proposta da diretoria de aprovar um chamado à greve sem nenhuma data definida. O SINASEFE deliberou na plenária dos dias 16 e 17 de março a realização de uma greve a partir do dia 03/04. A FENASPS também tem plenária no dia 17 de março que deve aprovar a realização de uma greve no mês de Abril;
5. Com essas movimentações, está colocado como grande possibilidade a realização de uma greve unificada de várias categorias de servidores públicos a partir de abril. Isso pode inclusive evoluir para uma greve geral dos SPF's;
6. Esse processo de enfrentamento com o governo Lula demonstra que o projeto de conciliação de classes está perdendo espaço entre os SPF's. E isso, está levando a derrotas dos setores governistas, que estão na direção das entidades sindicais de SPF's, que acenam com uma mudança de postura, em função da pressão e indignação das bases das categorias. Contudo, isso não altera a sua política que segue sendo evitar a greve ou controlá-las, em última instância, para tentar evitar o desgaste do governo Lula;
7. É essa pressão das bases que levou o FONASEFE a definir o dia 03/04 como um dia nacional de paralisação dos SPF's, ainda que boa parte das entidades do fórum não esteja jogando nenhuma força para realizar essa mobilização;
8. A greve da FASUBRA e uma greve da educação federal pode colocar em xeque o plano de Lula de avançar ainda neste primeiro semestre para construir um novo projeto de Reforma Administrativa, em acordo com Arthur Lira.

E, pode cumprir um papel importante de impulsionar outras categorias, que não são dos SPF's, a iniciarem um processo de greve e mobilização mais intenso;

9. Junto com a mobilização dos SPF's, várias categorias de servidores municipais estão em forte processo de mobilização e greve, como professores e servidores municipais de São Paulo, professores de Juazeiro do Norte-CE, Professores de Salvador-BA, entre outros. A combinação da greve da FASUBRA, da Educação Federal e SPF's, junto com a mobilização das categorias estaduais e municipais pode ajudar a desenvolver um ascenso de lutas maior em outros setores da classe trabalhadora.
10. A CSP-Conlutas, neste cenário, cumpre e pode cumprir um papel importante, na medida em que possui atuação direta sobre esses setores, sendo um ponto de referência a todo um setor que procura uma alternativa à postura burocrática de grande parte das direções sindicais atreladas ao governo Lula.

A coordenação nacional da CSP-Conlutas resolve:

1. Desde já, iniciar uma grande campanha de apoio e solidariedade à greve da FASUBRA, inclusive para repudiar a ameaça de corte de ponto anunciada por alguns reitores. E, orientar o conjunto das entidades filiadas à central a tomarem iniciativas para apoiar a greve da FASUBRA;
2. Orientar todas as entidades de servidores públicos federais filiados à Central a iniciar um processo de realização de assembleias, boletins, atividades, etc. para construir um forte dia de paralisação nacional no dia 03/04 e a debater a construção de uma greve das categorias para o mês de abril;
3. Lançar um chamado ao conjunto das categorias das instituições federais de ensino a avançar para a construção imediata de uma greve geral da educação federal, chamando também os estudantes a apoiar a greve e à construção de um calendário de lutas unitário, que avance também no sentido de uma greve no movimento estudantil. Implementando também uma política de exigência às direções das entidades sindicais de SPF's a impulsionar o processo de mobilização e abandonar a política de apostar na Mesa de Negociação com o governo, que virou uma mesa de enrolação.
4. Exigir do conjunto das Centrais Sindicais o apoio e o impulsionamento da greve da FASUBRA, da greve da educação federal e do processo de mobilização rumo a uma greve unificada dos SPF's.
5. Produzir vídeos, card's e outros materiais da CSP-Conlutas chamando a paralisação nacional no dia 03/04 e a construção da greve unificada dos SPF's.

Resolução sobre os 60 anos do golpe militar de 1964

Para que nunca se esqueça, para que nunca mais aconteça

Considerando que:

- Neste ano completam-se 60 anos do golpe militar que implantou uma ditadura que governou o país de 1964 até meados da década dos anos 1980. O regime imposto cometeu crimes bárbaros tais como assassinatos, torturas, exílios e prisões de milhares de pessoas, atendendo contra as liberdades democráticas e os direitos humanos para impor uma superexploração ao povo, com o apoio do imperialismo americano;
- O regime militar enfrentou ao longo dos anos, apesar do terror e das perseguições, uma grande resistência das greves operárias do final dos anos 60 as grandes mobilizações operárias e de massas do final dos anos 70 e início dos 80;
- A ditadura foi derrotada pelas mobilizações dos trabalhadores e da sociedade civil, em um contexto de crise e de divisão entre os setores da burguesia, mas a transição de regime militar para um regime civil, democrático burguês, a partir de 1984, se deu de forma negociada, deixando preservado em grande medida o aparato repressivo e militar das FFAA, além de assegurar a impunidade dos comandantes militares diante dos crimes que cometeram;
- Essa herança nefasta se expressa de forma bem evidente na desenvoltura com que os militares voltaram a ter na política brasileira, especialmente a partir da vitória de Bolsonaro nas eleições de 2016, e na participação (ativa ou passiva) da cúpula das FFAA nos episódios relacionados à tentativa de golpe ao 8J contra o resultado das eleições para presidente no final de 2022; Essa herança nefasta se manifesta também na concepção militarizada da segurança pública, porque reforçada e institucionalizada pela ditadura militar, especialmente no caso das PMs, cujos resultados assistimos todos os dias, tais como o verdadeiro massacre que vem sendo promovido pela Polícia Militar paulista na baixada santista (A "operação escudo" totaliza mais de 50 mortos);
- Os governos que assumiram o país no pós-ditadura (MDB e PSDB) não moveram uma palha para mudar essa situação, e que tampouco os governos de colaboração de classes (o atual já é o quinto encabeçado pelo PT) tomaram

medidas que revertessem esse quadro vergonhoso e que, pelo contrário, capitulam aos militares, e buscam a conciliação ao invés de enfrenta-los punindo seus crimes;

- A recente (e deplorável) declaração de Lula de que não “quer ficar remoendo o passado da ditadura” e determinando o cancelamento dos atos de repúdio ao golpe militar de 64, se mostrando servil, dócil, na conciliação e capitulação diante da cúpula das FFAA, e atacando brutalmente a memória dos milhares de mortos, desaparecidos e perseguidos políticos, o que causou profunda indignação na vanguarda histórica de luta da classe trabalhadora;

A RCN - Reunião da Coordenação Nacional da CSP-Conlutas, realizada em 15, 16 e 17 de março de 2024, resolve:

1 – Orientar as entidades e movimentos de base da Central a adotarem iniciativas, e também participarem de iniciativas de unidade de ação, para lembrar com protesto (descomemoração) o 60º aniversário do golpe de 64;

2 – A CSP-Conlutas orienta a utilização das seguintes bandeiras e eixos políticos para as atividades de protesto aos 60 anos do golpe de 1964:

- Denúncia da ditadura, seus crimes de lesa humanidade e seu caráter anti-operário e pró-imperialista; ditadura nunca mais;

- Destacar a relevância da luta do movimento operário e de massas organizado, dos estudantes e intelectuais contra a ditadura;

- Denúncia do papel dos militares, na ditadura que se instalou no país em 1964 e na tentativa de golpe contra o resultado das últimas eleições: Punição/prisão dos torturadores e chefes militares da ditadura! Sem anistia! Punição exemplar e prisão dos golpistas de 8j! Punição das empresas que colaboraram com os crimes da ditadura e das que financiaram a tentativa golpista que culminou no 8J!

- Na denúncia do papel do reformismo e dos governos de colaboração de classes e de capitulação aos militares, desde os primeiros governos do PT e, especialmente, o de Lula/Alckmin;

- Desmantelamento do aparato repressivo herdado da ditadura e ainda utilizada em larga escala contra os trabalhadores e o povo pobre; revogação do art 142 da CF, revogação dos artigos da CF que definem a PM como força auxiliar do exército; defesa da desmilitarização das PMs;

- Exigência de anistia e reparação imediata aos ex-presos políticos e às famílias dos desaparecidos e mortos, torturados e perseguidos políticos pelo regime militar;

3 - Devemos buscar implementar as seguintes iniciativas:

- Organizar um dossiê especial no site da CSP-Conlutas com artigos que materializem os eixos políticos acima;

- Realizar uma atividade de caráter nacional tal como a mesa proposta sobre o tema para essa reunião de coordenação nacional da CSP-Conlutas ou realização/participação de LIVES em nome da Central;

- Participar de atos e manifestações em 31 de março/ 1 de abril, tal como a caminhada do silêncio em São Paulo;

- Organizar de forma permanente campanhas contra a criminalização do movimento, das lutas e dos ativistas sociais e estimular a autodefesa da classe trabalhadora contra a repressão e os ataques da ultradireita.

9. Relatórios Setoriais

SETORIAL DE MULHERES

Informe e orientações sobre a movimentação para o 08 de março

Estamos na preparação de mais um 8M, enfrentando o aprofundamento dos problemas impostos pelo machismo e pelo capitalismo.

Á nível internacional, as mulheres na ucrânia seguem enfrentando as tropas de invasão russa, seja no front, seja tentando resistir a violência sexual das tropas russas.

Na palestina não é diferente. Até janeiro, foram 25.490 mortes por conta dos ataques israelenses, 70% delas de mulheres. As que não morreram, sofrem estupros e torturas nas prisões; sofrem com a falta de elementos básicos de sobrevivência como água, energia ou mesmo moradia; enfrentam leis extremamente violentas impostas pelo Estado sionista de Israel.

E, na argentina, as mulheres, em conjunto com a classe trabalhadora, se armam para enfrentar o governo Milei.

No Brasil, as pesquisas apontaram 2022 como um ano de recordes nos índices de todas as violências, porém 2023 seguiu superando os números. Fechamos o ano com o lesbocídio bárbaro de Carolina Campelo, no MA e iniciamos 2024 com a confirmação do feminicídio da jovem venezuelana, Julieta Hernandez, no AM.

Todos os setores denunciaram corretamente o corte de 90% no orçamento de políticas para mulheres, promovido por Bolsonaro. Porém, Lula manteve o corte e reduziu verbas para esse ano. Inclusive, o orçamento de políticas para mulheres teve a menor participação no orçamento do governo em 2023.

Até mesmo nos cargos de destaque, onde Lula fez muita propaganda de ter colocado muitas mulheres, foi retirando várias delas para garantir os acordos com o centrão. Ou seja, nem a ideologia que pregam, que é a representatividade nos postos do parlamento burguês, conseguiram manter.

Nos estados também estão ocorrendo muitos ataques, seja pelos governos bolsonaristas, seja por outros setores políticos.

Um dos direitos que seguem com fortes ataques é o de aborto legal, tanto no legislativo, quanto no executivo e no jurídico. Também estão sendo aprovados vários projetos LGBTifóbicos.

Os projetos de privatização de serviços elementares pioram as condições de vida, sobretudo das mulheres trabalhadoras. No RS milhares de famílias ficaram mais de 15 dias sem luz e sem água; em BH tumulto e pânico no metrô privatizado; apagão em SP; áreas ambientais privatizadas como em Jericoacoara etc. o que vai aprofundar as alterações climáticas já em curso.

Em várias cidades já estão acontecendo as reuniões preparatórias do 8M, com temas girando em torno a violência, aborto legal e outras pautas diversas. Contudo, o foco é denunciar os governos municipais e estaduais, mas blindar o governo federal.

O setorial de mulheres reuniu no último dia 15/02 e encaminhou:

- Orientar as entidades da central a participarem das reuniões, defendendo a política geral acumulada e impulsionar a construção de atividades alusivas ao 8M nas categorias, bem como mobilizar para fortalecer as colunas nas manifestações em todo o país;
- Onde seja possível, organizar blocos classistas nas reuniões/manifestações do 08M, inclusive com entidades que não sejam da base da central, desde que tenham acordo com a oposição ao governo e independência de classe;
- Trabalhar com o eixo “Trabalhadoras pelo fim da violência de gênero, do trabalho precarizado e pela legalização do aborto. Contra as privatizações e o genocídio palestino”
- Preparar um manifesto que desenvolva os temas acima, acrescido de um balanço do primeiro ano do governo Lula/Alckmin e as políticas para mulheres;
- Preparar um vídeo de convocação do 8M para as redes da central, além de outros materiais como cards e carrossel com o conteúdo do manifesto;
- Enviar as informações das atividades que ocorrerão nas entidades, com antecedência, assim como local e horário dos atos, para divulgarmos nas redes da central.

SETORIAL SERVIÇO PÚBLICO

Participantes (oposições, minoria e direções)

ANDES-SN (Gelta, Gilli), SINDSCOPE-RJ / SINASEFE (Albano Teixeira), FENAMP (Elton), FENAJUFE (Denise Carneiro, Fabiano, Luciana Carneiro), Sindjufe-BA (Denise Carneiro), SEN (Barela e Fabiano), Exectuiva Estadual PA (Neide Solimões), FENASPS (Cláudio), SINDSEF/SP (Luiz Gênova), SINTRAJUD/SP (Ana Luiza, Ismael), SINTUFES (base FASUBRA – Filipe Skiter), SINDSCOPE (Luiz Sergio Ribeiro)

Pauta

Situação em funcionalismo e campanha salarial dos federais;
Reunião da Coordenação Nacional;
Encaminhamentos.

Situação em funcionalismo e campanha salarial dos federais

Informes submetidos por escrito para inclusão no relatório

Gelta – ANDES

Informe como Oposição no Andes-SN: 42º Congresso aconteceu em Fortaleza, no período de 26/2 a 1/3. Desde o primeiro momento, a partir da fala do presidente da entidade, acentuando a desconsideração pelo governo em relação às perdas salariais, foi votada a greve JÁ!

Entre as manifestações, a Causa Palestina mereceu destaque, denunciando o genocídio. Temos determinação de disputar a pauta educacional, intervindo no debate a respeito do Plano Nacional de Educação, construindo o IV Encontro Nacional de Educação

Cláudio – FENASPS

A Fenasps realizará Plenária Nacional no dia 17 de março em Brasília, com indicativo de organização de greve para o mês de abril.

Estão ocorrendo assembleias estaduais.

No dia 29 de fevereiro foram realizadas diversas manifestações de aposentadas e aposentados contra a postura do governo de não reconhecimento da pauta dos servidores e discriminação dos aposentados.

SINSPREV SP realiza Assembleia dia 11 de março com discussão de greve para abril, a ser levada posição para Plenária da FENASPS

Neide Solimões, executiva CSP-Conlutas Pará/Unidos pra Lutar. A Funasa está passando por um processo de desestruturação, haja vista que em 1º de janeiro de 2023, como primeiro ato do governo Lula, o órgão público de saúde foi extinto por meio de MP. A MP não foi aprovada, mas portarias com o teor da medida ficaram em vigor, com servidores que estão em vias de aposentadoria sendo redistribuídos para o MGI, ministério das cidades e SPU. E sofrendo assédio moral, principalmente porque não tem espaço para eles nos ministérios de destino, mas principalmente porque querem ficar na Funasa. Há mais de ano nessa situação, e o governo prometendo volta de alguns que serão escolhidos a dedo. Entendemos que esse setorial deve apoiá-los com muita solidariedade para que essas portarias sejam revogadas e que a Funasa seja reestruturada.

A categoria da Educação estadual do estado do Pará, deliberou greve que já iniciou.

Rosi Pantoja

Dia 28/02, a CSP-Conlutas Pará esteve na manifestação em defesa da “competência da justiça”

Servidores do Sinditifes assembleia dia 05/03 para definir sobre a greve convocada para o dia 11/3.

Educação do Pará já está em Greve contra o governo Hélder (MDB) que está cortando a Carga horária e redução salarial, uma implementação do NEM sem o nome de NEM. A educação municipal entrará em greve no dia 07/03, contra o Governo Edmilson do PSol por não pagar o piso salarial.

Servidores do Estado: iniciando a campanha salarial dos servidores do Estado com manifestação para dia 13/02/2024.

8 de março: Mulheres da Amazônia à Palestina

14/03: Ato sobre o assassinato de Mariele Franco

1/04: Manifestação contra a ditadura militar: Por Justiça e Reparação

Encaminhamentos

- Foi discutida a importância do processo de mobilização que se inicia em algumas categorias e da organização para participação nas plenárias e assembleias agendadas, de forma paralela à realização da Coordenação Nacional, coesionando a atuação da central e enfrentando a dispersão imposta a grade parte das categorias, inclusive pelo governismo.
- Necessidade de construção de um calendário, possibilidade de unificar com a indicação da FASUBRA, em torno da educação, apostando em uma greve do setor, já em março, e, não podendo se restringir à educação, buscando uma unificação mais ampla do funcionalismo com as indicações da FENASPS para abril, fortalecendo e cercando de solidariedade esses processos de mobilização em curso ou indicados. É necessária a construção de uma forte greve unificada do funcionalismo ainda no primeiro semestre.
- Neste processo de construção, considerando as diferenças do potencial de mobilização devido às diferenças de patamar e demandas entre as diversas categorias, indicar dias de luta que as categorias com menor grau de mobilização possam construir para se somar ao conjunto das demais categorias.
- Na organização da greve da educação, buscar angariar apoio dos estudantes e da sociedade com muitas informações sobre os riscos para os serviços públicos e os efeitos diretos para a população que mais precisa deles, desmascarando o governo com números.
- Além da organização da greve, construção do debate sobre o sistema da dívida pública, adesão à Campanha por Direitos Sociais da Auditoria Cidadã da Dívida
- Foi indicada a necessidade de construção de uma nota, para manifestação da CSP-Conlutas, no sentido de denunciar o governo e sua política para o funcionalismo, incluindo as mesas de negociação que não permitem nenhum avanço, e a necessidade de luta e mobilização, fazendo um chamado aos servidores e servidoras para a construção de uma greve unificada do funcionalismo e um chamado às direções para essa construção,
- Intensificar o processo de diferenciação da CSP-Conlutas em relação ao governismo nos espaços do FONASEFE, das Centrais e do funcionalismo em geral.

- Solidariedade aos servidores da Funasa no enfrentamento à desestruturação do órgão.
- Apoio a luta da Fenamp pela democratização do Ministério Público brasileiro, pela aprovação da PEC 145/2015 e 147/2015.
- Moção de solidariedade à greve dos docentes estaduais do Piauí e orientação às nossas entidades para apoio político e financeiro.
- Unificação das lutas nas três esferas.
- Necessidade da defesa do real direito de greve, em face da discussão em andamento da regulamentação da Convenção 151 da OIT pelas Centrais com o governo.
- Nenhuma anistia aos golpistas.
- Solidariedade à Palestina e denúncia do genocídio.

SETORIAL LGBTTQIAPN+

Part.: Edu/Pri/San/And/Car/Helo/Ita

Pauta:

1) Manifesto

- Leitura da proposta apresentada em base as contribuições feitas no grupo de Redação do Manifesto.
- Fizemos uma discussão sobre o conteúdo político do Manifesto e as críticas necessárias ao Governo Lula-Alckmin que refletem, sobretudo, o caráter de independência da CSP em relação aos governos.
- O conteúdo do Manifesto foi aprovado pela maioria e foram trazidos pontos de inclusão no Manifesto, que serão enviados no grupo de redação, além da sugestão de alteração do texto para uma linguagem mais acessível e popular, qual faremos e apresentaremos na próxima reunião.
- Em respeito a uma camarada do PT, que teve diferenças em relação às críticas ao Governo Lula-Alckmin, foi proposto que possa escrever suas impressões e contribuições ao debate e que possamos seguir dialogando no interior do Setorial em base de respeito e fraternidade.

2) Informe da Atividade do Canal Mentres Coloridas

- Live ocorreu dia 25/2, com participação da Indianarae e da Sandra, e está disponível no Canal do YouTube Mentres Coloridas.
- Sandra nos relatou das dificuldades que seguem existindo para que a Campanha possa de fato trazer resultado para a reconstrução da Casa Marielle na Bahia.

3) Coordenação Nacional da CSP Conlutas

- Será nos dias 15, 16 e 17 de Março. A Coordenação reúne delegados/as/es de diversas categorias e sindicatos filiados à CSP Conlutas em todo o Brasil.
- Discutimos a necessidade e importância da nossa presença enquanto Setorial nesta Coordenação para informar o conjunto da Central sobre as atividades e campanhas que temos realizado (a Campanha em Solidariedade à Britney / Campanha em Solidariedade à Casa Marielle / Manifesto e a preparação da Plenária Nacional), além de aproveitar o espaço para chamar as representações dos sindicatos a convidar as trabalhadoras e trabalhadores LGBTTQIAPN+ das categorias a virem participar conosco das reuniões do Setorial.
- É fundamental ganhar o apoio do Conjunto da CSP Conlutas para nossa luta e fortalecer a construção da Plenária Nacional do Setorial nas bases das categorias, movimentos, coletivos e sindicatos da Central.

SETORIAL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA PELA TERRA URBANO E RURAL

A reunião foi realizada dia 05/03 às 19h00 e contou com a presença de aproximadamente 18 militantes.

Pelos movimentos rurais foi colocada a importância da participação do Acampamento Terra Livre de 22 a 26 de abril em Brasília com manifesto próprio da Central. Também foi colocada pelos rurais a preocupação com o movimento miliciano denominado "Invasão Zero" encabeçado pela ultradireita. Maria de Duartina e Marli de Matões colocaram a dificuldade na organização dos movimentos sociais a partir da eleição do governo Lula. Wagner de São Luis enfatizou que Lula não avançou nas pautas da reforma agrária e titulação dos quilombos. Raquel Tremembé também mencionou a inoperância do Ministério dos Povos Indígenas. E que a violência contra os povos continua, inclusive, com o retorno de garimpeiros na terra indígena Yanomami.

Já na cidade, foi relatado a luta contra os despejos, o programa Minha casa e minha vida, e as suas contradições, a privatização das regularizações fundiárias. Também foi dito sobre o aumento absurdo de pessoas em situação de rua, o número alarmante de 1 milhão e Meio de pessoas que correm o risco de ser despejadas e um balanço sobre a

Campanha Despejo Zero e o seu papel nas mobilizações que barrou os despejos durante a pandemia e o caminho que a campanha está indo agora no governo Lula/Alckmin.

Vamos seguir na luta contra os despejos.

Discutir mais sobre este novo modelo de regularização que são as privatizações da regularização fundiária e como isso afeta a luta das pessoas que lutam por moradia.

E continuar incorporando na CDZ para ajudar a pensar e organizar lutas diretas e unificadas nas ruas.

SETORIAL DE EDUCAÇÃO

Informes:

Ceará:

Terá uma assembleia no dia 8/03 para decidir sobre greve.

Com mobilização no Crato para fazer o debate sobre a greve e percentual de reajuste.

Rio Grande do Norte:

Tem ocorrido greves pipocas e estão em campanha salarial.

Rio de Janeiro:

Assembleia da rede estadual dia 23/03 para discutir campanha salarial, no Rio foi aprovado o Fora Claudio Castro e Alan Lopes que hoje está na presidência da comissão de educação da ALERJ e vem usando do seu cargo para perseguir militantes dentro das escolas, aplicando na prática a lei da escola sem partido.

Análise de conjuntura

Sobre a análise de conjuntura, a questão da palestina se trata de um genocídio em massa com mais de 30 mil mortos com mais de 70% disso de mulheres e crianças se, dentro disso concordamos com o governo Lula quando afirma isso, no entanto esse governo não consequência ao seu posicionamento e não rompe com o governo de Israel.

Foi realizado entre os dias 28 à 30 janeiro o CONAE que reuniu em Brasília cerca de 2500 participantes sendo disso 1847 delegados dentro disso membros das categorias, representantes de pais e alunos.

Em vários lugares do país nas etapas estaduais foram vários embates com os governos locais pois existia um embate para que o mínimo de democracia de base foi mantido conforme o estabelecido.

O CONAE ocorreu com um pedido categórico da maioria dos delegados pela suspensão do Novo Ensino Médio bem como pelo fora Fundação Lemann. No entanto como o espaço não tem um caráter de aprovação direta tudo o que foi tirado vai ter que passar pelo congresso e não vemos por parte a CNTE e nem do governo um movimento de que vai jogar algum peso para que o que foi aprovado lá irá se transformar em algo concreto.

O governo Lula segue tocando uma política voltada para o grande capital, mantendo as reformas e criando o arcabouço fiscal que nada mais é que entregar mais dinheiro para a burguesia e que na ponta quebra com a carreira do servidor público.

No Ministério da Educação a Fundação Lemann, Todos pela Educação... continuam com seus privilégios e ditando o desmanche da educação pública como a aplicação do Novo Ensino Médio e a BNCC.

Em contrapartida o aumento do piso nacional para o magistério não cobre de forma nenhuma as perdas que as categorias vêm sofrendo ao longo dos últimos anos. Vários Governadores vêm descumprindo a lei do piso alegando que já pagam isso e não dando reajuste as categorias.

Fora isso a privatização avança em passos largos em vários estados, com a contratação tanto de docentes como de funcionários administrativos sem concurso público, com contratos precarizados de trabalho. Sem estabilidade de emprego e com salários achatados.

Outro fator que o setor da educação vem sofrendo e com a criminalização das greves, onde o judiciário vem punindo a greve com multas pesadas aos sindicatos e as suas direções como no Rio de Janeiro (com uma multa de R\$800000,00 da greve de 2016) e em Minas Gerais.

Vimos também uma grande mobilização em vários estados com greves e paralizações mais a CNTE continua como braço de governo e não faz um chamado a promover uma luta unificada a nível nacional.

Encaminhamentos:

- Continuar pedindo pelo rompimento das relações do Governo Brasileiro com Israel;
- Pela revogação do Novo ensino médio e pelo fim das fundações no Ministério da Educação, contra as privatizações;
- Pela efetivação dos contratados;
- Salário digno para os funcionários administrativos que em muitos estados e municípios ganhem menos que um salário mínimo;
- Foi criada uma comissão de membros da SEN que estavam na reunião para pensar em matérias físicos e virtuais do setor da educação da CSP.

SETORIAL INTERNACIONAL

1) Ucrânia e Congresso IP na Polônia: Fabio deu informe sobre o positivo congresso do Iniciativa Operária (IP) (vide <https://cspconlutas.org.br/noticias/n/18243/internacional-congresso-fortalece-sindicalismo-de-luta-na-polonia>).

Sobre a Ucrânia, a situação da classe trabalhadora se deteriorou fruto da guerra, da falta de munição e armamentos de ataque (aviões e mísseis de longo alcance) e das políticas neoliberais do governo. A Campanha da Água para os operários de Kryvyi Rih arrecadou cerca de USD 17 mil até o momento, o que garante a compra dos equipamentos e a primeira perfuração, filtragem e testagem da qualidade da água que deve ser feita em abril, após o inverno.

2) Conferência do Labor Notes de 19-21 de abril em Chicago: O Labor Notes reúne o novo sindicalismo e grupos sindicais progressistas nos EUA. O sindicato dos metalúrgicos de São José dos Campos organizou uma delegação de sete compas para participar desta conferência que ocorre em um momento de aumento das greves operárias e uma polarização dentro do movimento sindical e social pela questão palestina. Outros sindicatos que quiserem, podem se somar à delegação.

3) Palestina: O genocídio israelense em Gaza continua com o apoio direto do imperialismo americano, e indireto dos demais imperialismos. No último período foram realizados importantes dias globais de ação por Gaza em mais de cem cidades em todo o mundo. A mobilização continua. É importante cada organização filiada à CSP-Conlutas buscar envolver as bases com discussão e convocação para as atividades de solidariedade.

4) Angola: Enviaremos moção de solidariedade à Greve Geral (vídeo - <https://cspconlutas.org.br/noticias/n/18251/angola-a-luta-dos-professores-do-ensino-superior-e-a-construcao-de-uma-greve-geral-a-rsisl-entrevistou-o-secretario-geral-do-sindicato-nacional-dos-professores-do-ensino-superior-em-angola-eduardo-peres-alberto>).

5) Convites para congressos:

- a) O Solidaires realizará seu congresso em Toulouse nos dias 22-26 de abril. O setorial indica o companheiro Herbert para representar a CSP-Conlutas;
- b) A Plataforma Nacional da Costa do Marfim enviou convite para seu primeiro congresso que se realizará nos dias 3-4 de abril em Abdijã. O companheiro Silas se propôs a participar, mas é necessário pagar a passagem de cerca de quatro mil reais. Se não houver condições de participar, enviaremos uma saudação ao congresso.

SETORIAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR (A)

1 - Balanço 28 de Fevereiro Dia Mundial de Combate a LER/Dort. Avaliamos como positivo este importante dia de luta em defesa da Saúde, Segurança e da vida da Classe Trabalhadora. Foram produzidos materiais para as Redes Sociais, Jornal impresso, para que entidades e movimentos pudessem imprimir e trabalhar nas bases. Foram realizadas atividades presenciais em algumas regiões, mas avaliamos que poderia ter tido em mais localidades, para o próximo ano vamos buscar trabalhar para que mais Entidades Sindicais e Movimentos busquem realizar atividades de forma presencial nos locais de trabalho. Tivemos uma LIVE à noite, a qual foi muito boa com as companheiras

Sandra Moreira e Marta de Freitas. Avaliamos também que o conteúdo produzido nos materiais ficou muito bom. Agradecemos o apoio da imprensa da Central e ao pessoal da Comunicação que trabalhou na live.

2 - 28 de Abril Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho:

Foi amplamente debatido a importância de nosso Setorial junto a CSP - CONLUTAS jogar peso para que 28 de Abril seja um dia de muita luta em todo país. Porém como 28/04 cai no Domingo, avaliamos ter de trabalhar as atividades na semana que antecede e onde for possível, culminando com uma atividade maior na data.

Foi aprovada uma reunião para o dia 02/04/2024 as 09h, formato online, para prepararmos a Semana de lutas de 22 a 28, nesta reunião o Setorial convidará a imprensa da Central para participar.

Sem mais nada a tratar, a reunião que se iniciou às 18h, teve término às 18:50h

SETORIAL NACIONAL DE NEGRAS E NEGROS

Presentes: QRC / RJ, MG, ES, PE, MA, SP – Opos. Sindsprev / RJ, MG – Base SEPE/RJ – Opos. Metroviária/RJ – Sindjuf/SP – Sindsef/SP Opos. Simpere, Oposição Metal-ABC

Pauta:

Informes: (Resoluções do Congresso / Encontro Nacional da Negritude do PSOL em Abril na BA)

- 1. Conjuntura:** (Internacional e Nacional com recorte de Raça e Classe)
- 2. Coordenação da CSP Conlutas:** (Programação e Painel 8M e 21M – composição e temática)

Considerando:

- 1- Que a conjuntura internacional tem apresentado fatos terríveis das guerras, como os que vem resultando dos 2 anos da Guerra entre a Rússia e Ucrânia, e principalmente o genocídio ao povo palestino que vem sendo implementado por Israel. A Rússia ocupou vários territórios Ucranianos ao longo deste período, mas vem perdendo espaço, tendo que enfrentar a resistência ucraniana, que se apoia nos trabalhadores como metalúrgicos, seguridade social, estudantes e povo em geral nas brigadas populares em detrimento dos governos comprometidos com os interesses do imperialismo europeu e americanos OTAN x ONU. Já a Ucrânia, não podemos nem classificar como Guerra, o povo Palestino, já tão castigado ao longo da história, vem sofrendo um vergonhoso Genocídio, o mundo precisa voltar seus olhos para isto e encher seus corações de solidariedade. Em pleno mês de luta das mulheres, nos deparamos com um balanço de estupros e mortes das mulheres e crianças palestinas, com índices alarmantes e aterrorizador, não tem nos calarmos diante destes fatos, é possível!
- 2- Que ainda diante deste cenário de guerra e conflitos, estamos diante de uma situação bastante crítica da conjuntura internacional em relação a América Central, mais precisamente a exemplo do que vem se dando nos últimos dias no Haiti, que teve seu presidente deposto. Não podemos esquecer também, que há vários conflitos importantes na África, os quais são bastante invisibilizados ou secundarizados nos nossos debates, mas não menores nas consequências ao povo negro e a classe trabalhadora africana. Como Sudão, na Nigéria, Congo, este último, são mais de 7 milhões de pessoas deslocadas de suas casas e territórios, mais de 25 milhões de pessoas necessitando de ajuda humanitária para sobreviver. A escalada de violência em 2024 forçou pelo menos 150 mil pessoas a se deslocarem, das quais 78 mil são crianças ... (Ler matéria no Site da CSP. Já em Angola vem se expressando desde setembro/2023 a partir da prisão de algumas lideranças por ocasião de uma greve de trabalhadores entregadores (greve que aliás não aconteceu), mas os ativistas foram presos, processo que vem se acirrando desde então, com invasão de organizações militantes, prisões de ativistas, mas a luta segue e avança com trabalhadores, universitários e uma juventude do hip hop aguerrida, culminando em proposta de greve geral em Angola agora para o mês de Março.
- 3- Que na Conjuntura Nacional, o que vemos neste 1 ano de governo Lula, é que as dificuldades e ataques aos trabalhadores (as) seguem se expressando. A luta por empregos, salários dignos, condições de vida ainda é uma necessidade premente dos trabalhadores. No campo os territórios, ainda são ameaçados pelos fazendeiros principalmente na zona da Matopiba na Bahia e MA, onde os ricos ficaram mais ricos e os pobres mais pobres, o dos preços dos alimentos e do custo de vida disparou com os derivados do petróleo, no geral da economia as desigualdades raciais e sociais aumentaram, o agronegócio cresceu 15% puxando o PIB. O IBGE diz 2,9% com o monopólio da soja e o genocídio dos indígenas e Quilombolas e a violência policial nas favelas aumentou assustadoramente em SP, RJ e Bahia.
- 4- Que 50 milhões de brasileiros em sua maioria negra não tem saneamento básico e ajuda na epidemia de Dengue que já morreram mais de 83 pessoas no país, e os aplicativos e a violência doméstica vem

demonstrando a pouca importância na vida das trabalhadoras negras combinado com a violência. É importante que a CSP CONLUTAS como única entidade sindical e popular, acompanhe e estimule em sua entidade e movimentos o apoio e solidariedade as causas que matam nossa classe. Ainda mais onde vemos que os julgamentos das mortes da juventude negra ocasionada por PMs, estão recebendo penas superficiais que praticamente os inocentam, quando não inocentam. Há uma “auto defesa” ou “auto de resistência dos PMs” que respalda seus crimes; assassinam pelo e representando o Estado, assassino e Racista como no caso do filho de Ana Paula no Rio de Janeiro que foi julgado essa semana e passou em cadeia nacional “a justiça não faz justiça no Brasil”, ou seja, as sentenças corroboram para estimular a continuar os homicídios nas favelas do povo negro e jovem.

- 5- Que a questão das Reparações histórica que está na ordem do dia, colocando o debate da Dívida Histórica da escravidão, que muito bem sabemos, foi usada para enriquecer famílias dos traficantes e fazendeiros latifundiários e clientes do BB (banco do Brasil), em se tratando de Brasil. O pedido de desculpas do BB, é importante, mas insuficiente!
- 6- Que as pesquisas e dados apresentada pelos historiadores que subsidiou esta Ação junto ao MPF RJ contra o BB, o governo Federal aponta o enriquecimento em base a exploração escravagista, ou seja, o tráfico negreiro deu lucros e dividendos não só ao BB como ao próprio governo brasileiro, e famílias e indivíduos. Por tanto a Reparação deve vir com políticas públicas de estado concretas, ainda hoje os descendentes do povo afro-brasileiro e indígenas, sofrem consequências, são os que estão na base da pirâmide social sofrendo com as mazelas impostas pela sociedade, pela política, pela economia. É uma Ação possível, há exemplo de países como Portugal, Inglaterra, Alemanha e Suíça, fazendo reparação.

Propomos:

- 1- Que a Central e suas entidades e movimentos filiados fortaleçam e façam adesão a **Campanha Nacional de assinatura** das entidades e pessoas ao Documento de Reparação Protocolado do QRC-Nacional na Plataforma aberta pela Defensoria Pública no dia 09 de fevereiro 2024.
- 2- Que a Central combinada com o QRC se empenhe numa **Campanha Nacional sobre Reparação**, fomentando o debate em suas bases. Contribuindo com esta Campanha o Setorial Nacional de Negras e Negros da Conlutas, **propõe a confecção de uma cartilha sobre as Reparação Histórica**, em base a Elaboração apresentada no Documento do QRC, para que façamos a divulgação e o debate na base sindical da Central e nos movimentos.
- 3- Que a CSP CONLUTAS intensifique uma **campanha nacional pela descriminalização das Drogas** e que está na pauta do Congresso Nacional. E pelo fim das intervenções e operações policiais violentas de jovens Negros(as) nas favelas em SP no governo de Tarcísio e no Rio no governo de Claudio Castro e na Bahia no governo do PT. E continue no **apoio e solidariedade as mães e familiares** que perderam seus filhos para violência policial.

SETORIAL EM SAÚDE

Presentes: Sindsaúde/RN, Sintusp, Sindess/MG, Sindcabasa/ Barão de Cocais/MG e Oposição Sindsaúde Jaboatão/PE

Pauta:

Informes, Piso da Enfermagem, terceirização e privatização da Saúde e Saúde dos Trabalhadores em Saúde.

1- Informes:

RN:

- Luta contra os ataques e retirada de direitos dos trabalhadores da saúde;
- Rearticulação do fórum de servidores estaduais do RN
- Luta contra as aposentadorias compulsórias impostas para os servidores que entraram antes de 1988 sem concurso público;
- Luta contra as demissões na USP;
- Luta pela implantação do piso da enfermagem nos estados e municípios;

2- PISO DA ENFERMAGEM

- Existe uma luta em quase todos os estados para implementar o piso, a imensa maioria paga apenas uma gratificação, complemento e ou abono;
- Muitos trabalhadores não receberam o retroativo do recurso;
- O setor privado é quem mais sofre, pois não recebem o que é devido ou não recebem nada, mas enquanto isso os hospitais privados conveniados e ou filantrópicos tem os repasses do MS
- Em alguns locais houve um retrocesso da luta pelo piso da enfermagem. A disputa para o período eleitoral para prefeitos tem colocado a luta do piso como 2º plano
- Há um sentimento de derrota na categoria, pq lutou, lutou e não teve ou teve poucos avanços;

3- TERCEIRIZAÇÃO E PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE

- Existe um avanço acelerado da terceirização na área da Saúde, principalmente do SUS, que continua com a gratuidade para a população, porém grande parte das gestões dos equipamentos de saúde pública encontra-se nas mãos de empresários (atividades meio – limpeza, segurança, lavanderia e outros) e Cooperativas, Fundações e Organizações Sociais (atividades fins, como o atendimento médico);

- O dinheiro que é pago a estes intermediários vai de deixar de ser investido no SUS e conseqüentemente nos serviços prestados à população;

- A terceirização precariza os empregos públicos, que são ocupados por trabalhadores terceirizados, com menores salários e péssimas condições de trabalho, sendo em alguns lugares condições de trabalho análogas ao trabalho escravo;

4- SAÚDE DOS TRABALHADORES EM SAÚDE.

-Existe um aumento do adoecimento dos trabalhadores em saúde, principalmente pós pandemia COVID, onde a maioria foram contaminados e sofrem com as sequelas. Tbm aumento das doenças psíquicas, psicossomáticas, assédios moral e sexual.

5-ENCAMINHAMENTOS E PROPOSTAS

1- A CSP deve retomar com toda força a Campanha pelo PISO DA ENFERMAGEM;

2- Desenvolver e articular junto as centrais, congresso nacional uma luta e meios para derrubar o veto do Bolsonaro que retirou o reajuste anual do piso nacional da Enfermagem ao salário base da categoria, e que o mesmo seja vinculado para uma carga horária de 30 horas semanais;

3- Campanha contra terceirização e privatização do SUS

a) Realização de um seminário/Live sobre o tema da privatização e terceirização da Saúde para maio;

b) Defesa dos trabalhadores terceirizados que tem condições de trabalho análogas à escravidão;

c) Que a próxima RCN tenha um painel sobre o tema;

4- Uma campanha VALORIZAÇÃO DA SAÚDE DO TRABALHO e saúde dos trabalhadores na semana da enfermagem.

SETORIAL DE CORREIOS

O setorial de Correios se reuniu no último dia 12 de março 2024, às 20h pela a plataforma ZOOM, contando com a participação de 16 companheiros e companheiras que debateram e deliberaram sobre as seguintes pautas: Conjuntura de Correios, condições de trabalho, concurso público, plano de saúde, DDA e SD da morte.

Conjuntura: Depois dos quatro anos do governo Bolsonaro e sua política de destruição total dos Correios e a privatização da empresa, conseguimos sobreviver. Foram anos de muitas dificuldades para a categoria e para o movimento sindical, que foi totalmente isolado pelo governo e os seus generais. Mas, a categoria conseguiu mesmo nesse cenário se levantar e garantir a grande vitória que foi barrar a privatização da empresa.

Esses ataques fizeram com que trabalhadores dos Correios voltassem a votar em Lula/PT em 2022, recompondo o apoio ao partido na categoria. Lula logo após assumir o governo, realmente retirou os Correios da lista de privatização, fato celebrado e que criou uma grande expectativa de melhorias na categoria, como resgatar o nosso ACT histórico perdido em 2020, mas não é o que está acontecendo nos pontos mais importantes economicamente para nós.

O mesmo Lula que tirou os Correios da lista das privatizações, entregou o Ministério das Comunicações nas mãos do União Brasil, partido que votou em massa pela privatização da empresa no Congresso Nacional. Já na presidência da empresa, colocou um petista de carteirinha, Fabiano Silva, que tem indicado muitos bolsonaristas nos estados, tudo isso provavelmente é parte dos acordos do governo com o centrão. Toda essa conjuntura tem deixado a burocracia sindical nos Correios muito irritada, porque não estão conseguindo indicar os seus para esses cargos como queriam.

Sobrecarga de trabalho: Nos últimos anos a direção dos Correios adotou a política de substituir os trabalhadores concursados dos grandes prédios, onde estão os centros de tratamentos de cartas e encomendas (CTCES), por terceirizados. Hoje esses grandes complexos estão com mais de 90% de terceirizados, isso tem trazido muitos problemas para a empresa, trabalhadores e seus clientes. Essas empresas terceirizadas ganham rios de dinheiro

com contratos com os Correios, sem pagar salários dignos, sem oferecer benefícios mínimos, e muitas vezes dando calotes nos trabalhadores, deixando muitos à deriva. Situação lamentável para uma empresa pública e que acarreta muitos problemas na operacionalização dos tratamentos de cargas nesses centros.

Essa é a maneira que a empresa encontrou para avançar na privatização, se por um lado o Lula tirou os Correios da lista de privatização por outro não faz nada para barrar a terceirização massiva. Segundo o governo e ECT, o PAC vai investir mais de 850 milhões para a modernização do parque logístico nacional dos Correios, só que pelo o que estamos vendo serão complexos com mão de obra beirando a 100% de terceirizados. Não concordamos com isso, queremos concurso público para todas essas vagas e que os complexos tenham 100% de concursados. Não a privatização disfarçada, concurso público já!

Concurso público: Como e de conhecimento de todos e todas, os Correios não realiza concurso público desde 2011. Além de não entrar trabalhadores novos a empresa demitiu mais de 20 mil pessoas, seja através de "PDIS", seja por processos que estavam engavetados a anos e foram resgatados nesse último período em clara perseguição a categoria. Para manter a empresa produtiva, com número reduzido de trabalhadores, criou-se ferramentas de explorações, como o DDA e mudanças nos SD's, implementando verdadeiros SD's da morte que tornam os distritos e linhas de veículos gigantes sem condições do trabalhador da conta.

Considerando

Que o presidente Fabiano Silva ainda não cumpriu as promessas de realizar o concurso público e redução das mensalidades do plano de saúde;

Que os trabalhadores dos Correios não suportam mais tanta sobrecarga de trabalho e falta de efetivo, que juntos vem contribuindo com os altos índices de acidentes de trabalho, afastamentos médicos, INSS, estafa e agravamento do psicológicos da categoria;

Que a direção da empresa através do seu presidente Fabiano está atacando os carteiros motociclista tirando os 30% de periculosidade, garantidos desde 2014 pela Lei 12.997/14;

Que no 29º Consin (Conselho de sindicato da federação) realizado no dia 21/02, foi aprovado um calendário de luta que aponta assembleias para os dias 03 e 04 de abril para deflagrar greve da categoria;

O setorial resolve

- Intensificar na base da categoria uma campanha exigindo da direção da empresa concurso público já, de no mínimo 20 mil trabalhadores, para suprir as vagas aberta nos últimos anos pelas demissões;
- Exigir o fim da mão de obra terceirizada em nossos centros logísticos e setores administrativos, reconhecendo que a terceirização é uma forma de privatização;
- Exigir da direção da empresa que todos os complexos de logística operem com 100% de mão de obra concursada;
- Exigir que o presidente da ECT, Fabiano Silva, retire a liminar que barra o pagamento dos 30% de periculosidade dos carteiros motorizados;
- Exigir a imediata redução da mensalidade do Plano de Saúde e reintegração de todos empregados que deixaram o plano por não ter condições de pagar os valores exorbitantes;
- Que seja incluído no calendário de luta da CSP-CONLUTAS o calendário da Fentect que aponta greve/paralisação para o dia 04 de abril 2024.

SETORIAL OPERÁRIO (A)

No dia 15/03/24 às 18h realizamos, presencialmente, com 08 presentes que representaram o Metabase Inconfidentes/MG, Terceirizados da Petrobras, Metalúrgicos de São José dos Campos SP e da FSDTM-MG.

Como não conseguimos realizar a reunião virtual, onde poderíamos ter mais participantes e assim fazer um debate mais profundo que afeta os operários da nossa central, do Brasil e do mundo, decidimos realizar uma reunião mais enxuta com uma pauta de encaminhamento para dar um gás no nosso setorial operário (a).

Após uma pequena apresentação, tiramos as seguintes tarefas para o setorial:

- 1** – Reformular o grupo de Whatsapp do setorial para dar vida ao grupo com seu real objetivo, compartilhar as lutas e informações para fortalecer a luta operaria.
- 2** – Propor neste grupo reformulado a realização de uma Plenária do setorial a se realizar, se possível no sábado, antes da próxima RCN da CSP-Conlutas com o apoio da SEN.

3 – Nesta Plenária do setorial realizar um debate mais profundo com ponto de conjuntura, informes das categorias, plano de lutas, e tirar um seminário entre os seguintes temas, já aprovados em reuniões passadas, sobre:

- Indústria 4.0;
- Desindustrialização;
- Home Office;
- Telemarketing.

Nesta Plenária tira uma Coordenação do Setorial para dar dinâmica ou setorial.

4 – Apoio a todas as lutas:

- Pela reintegração do companheiro Mancha demitido da GM de SJC-SP, que terá audiência dia 20 março de 2024;
- Luta contra o fechamento da Toyota de Indaiatuba SP;
- Luta dos trabalhadores da Avibras que, no dia 18 de março completará 2 anos de luta, no último dia 14 de março os trabalhadores ocuparam o pátio da empresa para exigir pagamento de salário. Reafirmamos a campanha do sindicato pela estatização da empresa sob o controle dos trabalhadores.
- Unificação das Campanhas Salariais.
- Moção de apoio a luta do Sind. Trab. Metal. de Barbacena/MG contra os ataques da Nexus a diretoria.
- Apoio as oposições sindicais de base para o crescimento e fortalecimento da nossa central sindical e popular.
Ex: A chapa 2 na eleição da construção civil do Ceará. Uma eleição bastante difícil e onerosa. Sendo assim pedem tanto o apoio político como financeiro para vencerem esta batalha.

5 – Solicitar da SEN que avaliem a necessidade de panfletos em PDF para que cada entidade e movimento possa imprimir e assim distribuir em suas bases, para dialogar com as bases.

6 – Sugerir ao Setorial de Saúde e Segurança do Trabalhador, como tema de debate, a questão da ergonômica nos postos de trabalho que vem adoecendo e acidentando os trabalhadores, principalmente as mulheres, que estão sendo colocado nas mesmas funções que os homens, sem nenhuma adequação.

10. Moções APROVADAS

MOÇÃO ANGOLA TODO APOIO A GREVE GERAL

**TODO APOIO A GREVE GERAL EM ANGOLA!
LIBERDADE A TODOS OS PRESOS POLITICOS!**

O MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola - no poder desde 1975, se transformou em um governo do grande capital e ao mesmo tempo em uma ditadura que é implacável contra seus opositores, em especial aos setores dos trabalhadores, juvenis e populares.

Nos próximos dias 20, 21 e 22 está marcada a greve geral do funcionalismo.

Eles reivindicam 250% de aumento salarial e a ditadura de João Lourenço oferece apenas 5%

A CSP CONLUTAS, em reunião de sua Coordenação Nacional expressa sua total solidariedade e apoio.

* Pelo atendimento de todas reivindicações dos trabalhadores

* Liberdade a todos os presos políticos

* Só a luta mudará nossas vidas

* Viva a solidariedade internacional entre os trabalhadores

MOÇÃO CONTRA O FECHAMENTO DA TOYOTA DE INDAIATUBA

A Central Sindical e Popular CSP-Conlutas e seus sindicatos, entidades e movimentos afiliados abaixo assinados, reunidos em sua Reunião de Coordenação Nacional entre os dias 15 e 17 de março últimos, se solidarizam com as trabalhadoras e os trabalhadores da fábrica da Toyota de Indaiatuba, bem como com o Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região, que foram surpreendidos com a notícia do fechamento da fábrica em 2026.

Em meio ao anúncio de volumoso investimento por parte da empresa, totalizando R\$ 11 Bilhões até 2030, encerrar as atividades de uma planta soa no mínimo estranho. E fica ainda mais absurdo porque a Toyota tem se utilizado dos créditos de impostos estaduais e incentivos fiscais federais que, conforme argumento utilizado, são destinados pelos governos para fomentar o emprego e o desenvolvimento. Isso significa na prática utilizar dinheiro público para atacar as trabalhadoras e os trabalhadores.

Sem falar na quantidade de outras facilidades concedidas pela prefeitura municipal ao longo dos anos, como isenção de impostos e redução da tarifa de água, conforme divulgado pelo Sindicato. Tudo isso para uma fábrica altamente lucrativa, onde é produzido o Corolla sedã, modelo de carro que domina 90% do mercado em seu segmento.

Nesse sentido nos posicionamos contra esse absurdo e nos somamos ao Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região na exigência de manutenção dos empregos e do pleno funcionamento da fábrica da Toyota de Indaiatuba.

MOÇÃO DE REPÚDIO AO STMC E À CTB

No dia 14/03, o Sindicato dos trabalhadores do serviço público municipal de Campinas (STMC), que é filiado à CTB, realizou a primeira assembleia da campanha salarial de 2024.

A assembleia foi uma grande demonstração de falta de democracia:

- Chamada em horário de trabalho das servidoras e servidores;
- Assembleia fechada, dentro do sindicato, que não acomoda nem 1% da categoria, além de espaço sem ventilação, nem acessibilidade.
- Assembleia se limitou a um informe da direção, sem abertura de falas ou propostas alternativas;

Mas, se não bastasse esses elementos burocráticos, no momento da votação das reivindicações da campanha, foi formada uma “corrente humana”, composta de seguranças e diretores sindicais, para arrastar as servidoras para fora do sindicato. Em uma categoria de maioria de mulheres, as servidoras foram empurradas para fora do STMC, sendo que uma companheira saiu ferida e com hematomas.

Esta prática antisindical precisa ser combatida porque joga contra os trabalhadores e fortalece a patronal, no caso, a prefeitura de Campinas, impedindo o debate e participação da base. **Mas esses métodos também estão carregados de violência contra as trabalhadoras e machismo. E tal prática não pode ser admitida dos espaços sindicais.**

Por tudo isso, a CSP Conlutas, reunida em plenária da Coordenação Nacional, manifesta total repúdio à direção do STMC e a CTB.

Em defesa dos servidores públicos! Basta de truculência e machismo no movimento sindical!

Por um sindicato democrático e independente dos governos e patrões!

Por assembleias abertas e acessíveis: que a categoria decida a campanha salarial!

MOÇÃO DE APOIO A LUTA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS DE BARBACENA/MG CONTRA OS ATAQUES DA NEXUS LIGAS À DIRETORIA DA ENTIDADE

MOÇÃO DE APOIO A SILVIA LETÍCIA

Contra às perseguições à Vereadora Professora Silvia Letícia (PSOL-Belém)!

Todo apoio a campanha salarial dos servidores municipais de Belém!

A corrente majoritária que dirige o PSOL, Primavera Socialista, está tentando silenciar a vereadora e professora Silvia Letícia, também coordenadora do SINTEPP (Sindicato da Educação Pública) e membro do Conselho Municipal da Educação e do Conselho da Alimentação Escolar, e da Direção Nacional da Revolução Socialista, tendência interna do PSOL, encaminhando-a ao Comitê de Ética do partido, com ameaças de punição, desde uma advertência, até sua expulsão, por fazer críticas ao prefeito de Belém-PA, Edmilson Rodrigues (PSOL), e à administração da Frente Ampla ao aplicar na cidade um brutal ajuste fiscal, que prejudica os servidores municipais e a população de baixa renda, beneficiando empresários.

A vereadora luta para que a prefeitura de Belém pague o piso salarial do magistério e da enfermagem estabelecido por lei federal. Defende que o salário base dos servidores municipais seja de, no mínimo, um salário mínimo nacional e exige o reajuste do vale alimentação dos servidores de R\$ 370,00 para R\$ 600,00, o valor mínimo da cesta básica calculado pelo Dieese. Silvia Letícia luta por um Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) unificado para a educação e se posiciona contra os contratos temporários precários patrocinados pela Prefeitura, defendendo concursos públicos e a nomeação dos aprovados nos concursos das Secretarias de Administração (SEMAD) e Educação (SEMEC).

A vereadora defendeu na tribuna e votou a favor do pagamento de incentivo adicional para os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e os Agentes de Combate às Endemias (ACE), conforme estabelecido em lei federal, negado por dois anos pela administração municipal. Ela reivindica melhorias nas escolas municipais, alimentação escolar de qualidade, equipamentos e medicamentos nos postos de saúde, prontos-socorros e Unidades de Pronto Atendimento (UPAS).

Sobre os espaços destinados à assistência social, como vereadora, Sílvia Letícia tem exigido as necessárias reformas para acolhimento digno para pessoas em situação de rua, crianças, adolescentes, mulheres e idosos

vítimas de violência, além de lutar contra o racismo, a violência e o preconceito contra a população negra e LGBTQIAP+.

A respeito do problema dos coleta de resíduos sólidos, nossa companheira tem denunciado o acúmulo de lixo por toda a cidade e exigido coleta adequada e eficiente, saneamento básico, iluminação pública e melhorias na qualidade de vida da população periférica.

Silvia Letícia se opôs à privatização da coleta de lixo, um projeto do atual prefeito que custará R\$ 1 bilhão aos cofres públicos e criará uma taxa de coleta de lixo para a população. Ela votou na Câmara Municipal contra a nova lei dos transportes da cidade, proposta pelo prefeito Edmilson, que permitirá a demissão de cobradores de ônibus, entregará o controle do fluxo de passageiros aos empresários e os isentará de impostos. Votou contra a proposta do prefeito de venda do prédio da guarda municipal, localizado em uma área nobre da cidade, onde há especulações de que será construído um hotel de luxo. Além disso, denunciou a licença concedida pela prefeitura de Belém para a instalação de uma refinaria de ouro de origem questionável.

Por suas ações e reivindicações, em defesa da classe trabalhadora e do povo pobre, periférico e dos mais necessitados, pessoas em situação de rua, cooperativados que trabalham com reciclagem e, em defesa do programa fundacional do PSOL, a direção do PSOL tenta silenciar e penalizar Silvia Letícia, que antes de ser vereadora, é uma professora, sindicalista, fez parte por duas vezes da Secretaria Executiva Nacional da CSP CONLUTAS, com um histórico de lutas pelos direitos da classe trabalhadora, em defesa dos ataques misóginos às mulheres, chegando até a ameaçar sua expulsão do partido.

A Central Sindical e Popular CSP-Conlutas e seus sindicatos, entidades e movimentos afiliados abaixo assinados são solidários a luta e aos direitos democráticos da vereadora Professora Silvia Letícia. Basta de violência política. Os servidores municipais de Belém estão em campanha salarial. Apoiamos política e financeiramente também a justa luta dessa Categoria.

MOÇÃO DE APOIO AOS TRABALHADORES (AS) E A DIREÇÃO DA ESCOLA EM GERALDO BASILIO

A Escola Municipal Geraldo Basilio, localizada em Contagem, MG, está sendo atacada por grupos de extrema de direita por ter realizado um evento em comemoração ao 8 de março. Exaltando o papel da mulher e da diversidade.

Foram organizadas palestras e atividades em celebração ao mês das mulheres, foram convidados diversos profissionais, artistas e pessoas da comunidade escolar. Cantaram-se músicas de compositores, como Milton Nascimento, hip hop e até Gospel e declamação de poesias.

O que aconteceu na escola foi a defesa da diversidade e respeito e em momento algum discriminado qualquer grupo que seja.

Fizeram recortes da atividade e descaracterizando os eventos ocorridos na escola, usando discursos de ódio, misóginos, homofóbicos e transfóbicos, e está sendo utilizado por grupos de extrema direita para atacar a escola, a direção e os profissionais da unidade.

As entidades reunidas na coordenação da CSP Conlutas, nos dias 15 a 17 de março, repudiam o ataque sofrido aos profissionais e direção da Escola Municipal Geraldo Basilio. Nós solidarizamos pelas práticas de uma educação libertaria e livre de qualquer preconceito.

Enviar a moção para:

seduc.gabinete@contagem.mg.gov.br

sindutecontagem@gmail.com

em.geraldobasilio@edu.contagem.mg.gov.br

emlutamg@gmail.com

MOÇÃO DE APOIO À GREVE DA EDUCAÇÃO DE CONTAGEM

Os trabalhadores (as) em Educação da Rede Municipal de Contagem e FUNEC entraram em greve a partir do dia 15 de março de 2024.

O Governo de Marília Campos vem fazendo diversas campanhas publicitárias exaltando as ações da prefeitura de Contagem/MG. Mas não é esta a realidade encontrada nas Escolas; falta professores para atender as turmas; descumprimento da Lei de carreira que garante o direito de professoras/es concursadas/os de ampliar a jornada nas escolas. Fechamento de turmas no início e no decorrer do ano letivo.

Nenhuma proposta de reajuste para professoras/es e também ao Quadro Administrativo da Educação, mesmo Contagem apresentando constantemente que tem muito recurso financeiro.

A educação tem verba própria vinda do FUNDEB e uma lei (11.738/2008) que garante um Piso Salarial Nacional, e Contagem ainda não paga esse Piso!

Contagem é a terceira cidade mais rica do estado de Minas Gerais! Nos últimos anos a arrecadação da cidade só tem aumentado! O PIB de Contagem subiu de 2 bilhões em 2019 para mais de 3 bilhões em 2023. Fato divulgado pela própria Prefeitura.

As entidades reunidas na coordenação da CSP Conlutas, nos dias 15 a 17 de março, se solidarizam com a Greve da Educação de Contagem e exigem negociação imediata com o SindUTE Contagem e apresentação de propostas que atendam os anseios dos (as) trabalhadores (as) em educação do município de Contagem.

Enviar para:

Gabinete da Prefeita: gabinete.prefeita@contagem.mg.gov.br

Secretaria de Governo: governo@contagem.mg.gov.br

Secretaria de Educação: seduc.gabinete@contagem.mg.gov.br

SindUTE Contagem: sindutecontagem@gmail.com

MOÇÃO SOBRE OS RECENTES CASOS DE VIOLÊNCIA POLICIAL E DO ESTADO DOS RICOS

Considerando que:

1. Quando esta moção é apresentada, as Operações Escudo e Verão somam XX mortos nas periferias da Baixada Santista e já são consideradas as operações mais assassinas desde o Massacre do Carandiru, em 1992.
2. Assim como o direito internacional parece não valer para o genocídio promovido por Israel, o estado de direito não vale nas comunidades na baixada. Nada disso é por acaso: ambas as populações são vítimas de uma violência colonizadora, sendo Israel um dos maiores exportadores de tecnologias genocidas. Não por acaso a polícia de Israel abriu um escritório em São Paulo em 2019. Não por acaso, o secretário de segurança pública de Tarcísio se reuniu com o ministro da segurança nacional israelense para discutir cooperação (Frente Estadual pelo Desencarceramento).
3. Esta é a face mais visível da crescente ofensiva do Governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) e de seu Secretário de Segurança Pública, Guilherme Derrite, contra a população trabalhadora nas periferias, que também se dá nas outras regiões do estado. Em um caso de grande repercussão, o jovem Matheus Menezes morreu após ter o pescoço cortado pela ponta do fuzil de um PM na Brasilândia (ZNSP). Nos dois primeiros meses de 2024, as mortes por ação policial já subiram 94% em São Paulo.
4. Acumulam-se denúncias de tortura, prisões forjadas, execuções no litoral paulista. Tudo isso agravado pela negativa de garantir a utilização de câmeras corporais pelos agentes.
5. O governo bolsonarista ataca também o movimento social organizado. Em 2023, foram oito demissões de metroviários; a prisão abusiva de um metalúrgico e um ativista do movimento popular num piquete de greve em S. José dos Campos; a repressão aos manifestantes contrários à privatização da Sabesp. Neste ano, vimos as absurdas prisões e acusações contra ativistas que se opunham ao aumento da tarifa de transporte público.
6. Recentemente, o governo apresentou a proposta de militarizar escolas públicas em “áreas de risco”, ou seja, nas periferias. Vem aí mais repressão contra os jovens negros, indígenas e periféricos.
7. A política de (in)segurança pública do governo paulista faz parte do contexto mais amplo de violações protagonizadas pelas polícias em outros estados do país, inclusive naqueles governados por partidos de origem popular. É o caso da Bahia, onde Jerônimo Rodrigues herdou de Rui Costa, atual ministro-chefe da Casa Civil de Lula, uma PM profundamente racista e assassina.
8. Não menos sintomática é a aprovação da Lei das Polícias Militares e dos Bombeiros, Lei 14.715 de 12 de dezembro de 2023. Sancionada pelo presidente no fim do ano passado, mantém diversas características das forças criticadas há décadas pelos movimentos sociais, a começar de sua estrutura militar.
9. Os povos indígenas também são alvo do Estado. Só para citar um episódio emblemático, a liderança pataxó Maria de Fátima Muniz, a Nega Pataxó, foi assassinada em fevereiro. A Polícia Militar de Jerônimo atuou em nome dos latifundiários, junto com jagunços locais.
10. O Judiciário brasileiro também cumpre sua função nessa trama. Isso está provado pelo adiamento do julgamento dos soldados envolvidos nas mortes do músico negro Evaldo Rosa e do catador Luciano Macedo, mortos com mais de 257 tiros no Rio de Janeiro em 2019. O mesmo vemos na sentença do PM que matou o

jovem negro Johnatha Oliveira, alvejado com um tiro de fuzil pelas costas em 2014, também no Rio. Para o tribunal, o agente não teve intenção de matar. Vimos também inquéritos de chacinas serem arquivados, mesmo havendo sinais de execução, como no caso do Jacarezinho.

11. A CCJ do Senado aprovou, nesta semana, o relatório favorável à PEC das Drogas que busca criminalizar a posse e o porte de drogas, independentemente da quantidade apreendida. O objetivo é responsabilizar os usuários pelo tráfico de drogas, um dos negócios mais lucrativos do planeta, que é operado por grandes empresários, em articulação com forças de segurança e políticos. Nunca prenderam Senador da República transportando quase meia tonelada de pasta base de cocaína, ou caminhão de deputado transportando toneladas de maconha, ou Presidente da República transportando 39 quilos de cocaína em avião Presidencial! Quem é encarcerado, morto e sofre com a repressão de forças estatais e para estatais são as comunidades e, sobretudo, a juventude trabalhadora, pobre, preta e periférica.
12. Cada esfera de governo dos ricos atua no papel que lhe cabe, numa sinistra divisão do trabalho repressivo. O resultado é um só: a continuidade do genocídio daqueles e daquelas que sempre foram alvo dos poderosos na História do Brasil.

A Coordenação Nacional da CSP-Conlutas resolve:

1. Exigir do Estado brasileiro o fim imediato das operações vingança na Baixada Santista, bem como a apuração das denúncias de violações dos direitos humanos.
2. Denunciar e exigir a suspensão das operações policiais nas periferias, terras indígenas, quilombos e ocupações urbanas. A questão social não pode ser caso de polícia. O suposto combate ao crime tampouco pode servir de pretexto para tais incursões. Os criminosos são os poderosos que comandam os negócios e as polícias que garantem seus interesses, e não quem está “na ponta”.
3. Exigir a responsabilização de todos os agentes públicos envolvidos na repressão ao povo pobre da periferia e ao movimento social organizado.
4. Exigir a garantia e ampliação do uso de câmeras corporais pela Polícia Militar.
5. Prestar solidariedade à família de Evaldo Rosa e Luciano Macedo; à Ana Paula de Oliveira, mãe de Johnatha, e ao movimento Mães de Manguinhos; à família de Matheus Menezes; ao povo pataxó da Bahia; à Associação de Familiares das Vítimas do Massacre de Paraisópolis, cuja luta por justiça já dura cerca de 5 anos; à família de Thiago Gomes, morto por agentes públicos em São Paulo em 2023; às famílias de Lucas Mirtzrael e Samuel Mohamed da Brasilândia, presos injustamente desde o ano passado.

MOÇÃO DE APOIO A GREVE DOS PROFESSORES DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Os profissionais de educação do município de São Paulo decretaram greve a partir do dia 08 de março, reivindicando reajuste salarial de 39%, melhores condições de trabalho e não ao subsídio (valor "cheio" em substituição ao plano de carreira, destruindo assim a evolução funcional por qualificação e tempo de serviço).

O cenário nacional diante da proposta do governo Lula/Alckmin é de reajuste zero.

A greve dos servidores técnicos já atinge 60 universidades federais.

No Estado de São Paulo, as professoras fizeram uma forte paralisação contra Tarcísio por emprego, salário e direito. Esses ataques ocorrem em meio à crise capitalista combinada a crise ambiental.

Ricardo Nunes na cidade de São Paulo tem seguido a cartilha de prefeitos anteriores, intensificando as contratações e as terceirizações na educação. O que vemos no chão da escola é uma categoria de 92% feminina trabalhando doente, com péssimas condições de trabalho.

Lamentamos a postura das burocracias sindicais, que além de um divisionismo e disputa por protagonismo, pouco tem construído a greve nas regiões. Mesmo assim, os Comandos de Greve já estão construindo o movimento, que é crescente.

A CSP-Conlutas apoia a greve incondicionalmente e participar dos atos, tais como o próximo ato marcado para o dia 19/03 às 12:00 horas em frente à prefeitura.

MOÇÃO PELA ORGANIZAÇÃO DE UM DIA DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS PELA PALESTINA

A Coordenação Nacional da CSP-Conlutas reunida em São Paulo apoia a proposta lançada pela Frente em Defesa do Povo Palestino dirigida às centrais sindicais brasileiras pela organização de um Dia dos Trabalhadores e Trabalhadoras pela Palestina a ser definido pelas centrais solidárias à Palestina.

MOÇÃO PELA SUSPENSÃO DA VENDA DE ÓLEO BRUTO E DERIVADOS PARA O ESTADO DE ISRAEL

Desde o início do genocídio israelense contra o povo palestino em Gaza há mais de 5 meses, o Brasil se tornou um dos 5 maiores fornecedores de óleo cru para o Estado de Israel exportando 260 mil toneladas.

Esse óleo é explorado pela Shell e a Total em parceria com a Petrobrás.

A coordenação nacional da CSP-Conlutas reunida em São Paulo exige da Petrobrás e do governo Lula a suspensão de toda exportação pois esta alimenta a máquina genocida do Estado de Israel. Além disso chamamos todos os sindicatos de petroleiros a tomarem a frente dessa luta.

- Palestina livre, do rio ao mar!

MOÇÃO DE APOIO POLÍTICO E MATERIAL DA CSP-CONLUTAS À CHAPA INDEPENDÊNCIA E UNIDADE PARA LUTAR NA ELEIÇÃO DO SINDIPETRO RJ, QUE SE REALIZARÁ ENTRE 29/04 E 16/05 PRÓXIMOS

MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE AO MANCHA

PELA IMEDIATA REINTEGRAÇÃO DE MANCHA NA GM!

Todo o repúdio pela demissão arbitrária do dirigente sindical Luiz Carlos Prates, o Mancha

A Central Sindical e Popular CSP-Conlutas e seus sindicatos, entidades e movimentos afiliados reunidos na Coordenação Nacional manifestam sua inconformidade com a demissão injusta efetuada pela GM (General Motors do Brasil) no final de 2022, do dirigente nacional da CSP-Conlutas, Luiz Carlos Prates Mancha.

Agora em 22 de março de 2024 está marcado o julgamento. Vemos a necessidade de reversão da demissão e de uma solução ágil contra este ato antissindical, confiando que o poder judiciário aplicará as regras universais de proteção ao trabalho. Esperamos que se respeite o direito de organização sindical e que seja atendida a reintegração justamente reivindicada.